

DESDE O INÍCIO, O QUE NOS MOVE É

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS



HÁ 60 ANOS A DEFENDER OS

DIREITOS HUMANOS DE

TODAS AS PESSOAS

PANDEMIA DA COVID-19

O impacto sobre as
pessoas com deficiência

DESPORTO E DIREITOS HUMANOS

Juntos num projeto da
Amnistia Internacional

OUTROS OLHARES

“Por teu livre
pensamento”

NESTA EDIÇÃO:



08

Dossiê – Celebrar a liberdade



16

Dossiê - DESC: onde estamos e onde deveríamos estar?



24

Infografia – 60 anos da Amnistia Internacional, 40 em Portugal



28

Uma conferência para pensar a Arte e Direitos Humanos



44

Grande entrevista: Fundação Martin Ennals



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Paginação e gráfismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número: Ana Farias

Fonseca, Ana Patrícia Cardoso, Augusto Freitas de Sousa, Carla Marcelino Gomes, Francisco Colaço Pedro, João Pina, José Alexandre Silva, Margarida David Cardoso, Margarida Oliveira, Maria do Céu Pires, Pedro A. Neto, Sílvia Carvalho d'Almeida, Sofia Craveiro e Sónia Santos Dias.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt
revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

*Indign*AÇÃO

Indignação é definida como um sentimento de revolta provocado por uma afronta, uma ação vergonhosa, uma enorme injustiça, entre outras. Num primeiro olhar, parece ser assim que começam tantos movimentos de direitos humanos, incluindo a Amnistia Internacional.

A 28 de maio de 1961, Peter Benenson escreveu um artigo no jornal 'The Observer', intitulado "Os Prisioneiros Esquecidos", que marcava o nascimento da Amnistia Internacional. Começava o artigo com uma afirmação memorável e que, ainda hoje, tanto sentimos: "Abra o jornal num qualquer dia da semana e encontrará um relato de alguém que foi preso, torturado ou executado(...) O leitor fica com um sentimento de impotência revoltante". Este sentimento de indignação perante a injustiça, que faz com que sintamos repulsa e revolta, ainda hoje o temos, quando diariamente vemos notícias sobre abusos de direitos humanos em Cabo Delgado, na Síria, na China, nas Américas, ou aqui ao lado.

Mas, no artigo publicado há 60 anos, Benenson continuava: "se estes sentimentos de revolta por todo o mundo puderem unir-se numa ação comum, algo eficaz pode ser feito". E é a isto que a Amnistia Internacional se tem dedicado ao longo destas seis décadas de existência: a unir pessoas em prol dos direitos humanos.

O sentimento de revolta e indignação pode até ser o catalisador, mas acontece apenas num momento. O que realmente nos une é a AÇÃO, a resiliência, a ambição e o sonho de um mundo em que os direitos humanos são vividos em pleno, por todas as pessoas, quem quer que seja, onde quer que viva. É este sonho que transforma a indignação em AÇÃO.

Nos últimos 60 anos, tanto mudou. Juntos, conseguimos muitas vitórias, o próprio conceito de "direitos humanos" tornou-se mais presente no nosso quotidiano e, em geral, as sociedades estão mais atentas e com mais vontade de reivindicar os seus direitos humanos, para si e para todas as pessoas. Há, no entanto, ainda muito para fazer.

Este é um número muito especial da Agir. Porque permite um olhar longitudinal de como o mundo mudou ao longo destes 60 anos em prol dos direitos humanos, por causa da nossa ação – da Amnistia Internacional, de outras organizações e movimentos e de toda a sociedade. Este olhar permite-nos ver que, quando conseguimos deixar a indignação e passar à AÇÃO, com foco no sonho, o mundo muda mesmo e o futuro torna-se esperança.

A todas as pessoas que fazem da indignação ação, pela esperança e pelo sonho, venham! Vamos continuar a mudar o mundo, por muitos mais anos.



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

ABR

25

Dia da **Liberdade**

MAI

03

Dia Mundial da **Liberdade de Imprensa**

18

Aniversário da **Amnistia Internacional Portugal**

28

Aniversário da **Amnistia Internacional**

JUN

20

Dia Mundial do **Refugiado**

26

Dia Internacional de **apoio às Vítimas de Tortura**

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia





© Amnesty International

Passaram dez anos desde o início do conflito na Síria, espoletado pelos protestos pacíficos em Damasco. Desde então, primeiro as forças governamentais sírias e, mais tarde, grupos de oposição armados, sujeitaram milhões de civis a ataques terrestres e aéreos, a detenções arbitrárias generalizadas e sistemáticas, e a tortura, levando a mortes sob custódia, desaparecimentos forçados e a cercos que resultaram em fome.

Desde 2011, dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas internamente e vivem em campos em condições terríveis, com carência de necessidades básicas, tais como comida e medicamentos. Pelo menos cinco milhões fugiram do país – sobretudo para os países vizinhos, onde enfrentam restrições ao seu acesso a serviços ou a ajuda, deixando milhares de pessoas desamparadas.

É tempo de o Conselho de Segurança das Nações Unidas ultrapassar a sua paralisia de veto, em especial a Rússia e a China, para que as violações de direitos humanos em curso sejam levadas à justiça e os seus perpetradores responsabilizados.

A close-up photograph of a hand wearing a blue nitrile glove holding a clear glass vial. The vial has a white paper label with black text that reads "Coronavirus Vaccine COVID-19" and "Injection Only". A clear plastic syringe with a yellow plunger is inserted into the vial's stopper. The background is a solid, bright yellow color.

**Coronavirus
Vaccine**
COVID-19
Injection Only



É urgente garantir o acesso à vacina contra a COVID-19 para todas as pessoas. Este acesso pode significar a diferença entre a vida e a morte nos anos futuros. Contudo, ao ritmo atual, as principais empresas farmacêuticas não vão distribuir vacinas suficientes, este ano, nem sequer para uma fração da população mundial. Para piorar a situação, os países mais pobres estão no final da fila.

Recentemente, e com o objetivo de alertar para este facto, a Amnistia Internacional lançou a campanha “Uma dose de igualdade: pelo acesso universal à vacinação COVID-19”. Durante a campanha serão feitas ações para pressionar as farmacêuticas a partilharem o conhecimento e a tecnologia sobre as vacinas, para maximizar o número de doses disponíveis em todo o mundo de modo a garantir que quem está em maior risco possa aceder de imediato às vacinas.

Garantir um acesso universal à vacinação COVID-19, pode terminar a pandemia de forma mais rápida e salvar a vida a milhares de pessoas. Acompanhe em: www.amnistia.pt/acesso-vacinacao

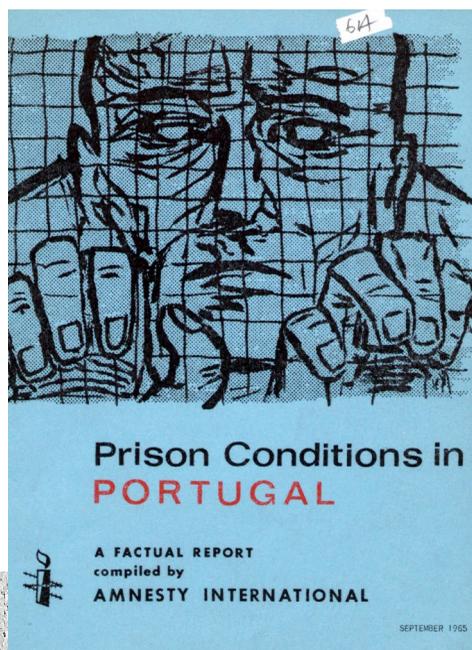


Celebrar a liberdade

A repressão em Portugal levou um advogado inglês a criar a Amnistia Internacional. No ano de 1961, enquanto a Europa consolidava a democracia e se multiplicavam as correntes de opinião, o país de Salazar avançava para a guerra colonial, assistia à emigração em massa e enfrentava a ditadura.

A inspiração, simbolismo e poesia do episódio que levou Peter Benenson a fundar a Amnistia Internacional mantêm-se volvidos 60 anos. O advogado inglês, enquanto viajava no metro, deparou-se com a notícia de que dois estudantes tinham sido presos por terem, em 1960, brindado à liberdade em Portugal, mas ainda hoje persiste a dúvida sobre a identidade dos dois portugueses. Bill Shipsey, da Amnistia Internacional irlandesa, chegou a apontar os membros do Partido Comunista Português Ivone Dias Lourenço e Rolando Verdial como uma possibilidade, mas à data já estariam presos.

A historiadora Irene Flunser Pimentel salientava, na sua tese sobre a PIDE, que, em outubro desse ano, “muitos tinham sido presos, em manifestações de rua, devido às comemorações do cinquentenário da implantação da República Portuguesa”, mas registava como hipótese a detenção, pela PIDE, a 5 de outubro de 1960 de José Emídio da Costa Cabral, agente técnico de engenharia, e de António José Torrado, estudante universitário. Provavelmente nunca se saberá a identidade, o local do brinde à liberdade e as circunstâncias da detenção pela polícia política, o que reforça a sedução e a importância da história. Uma narrativa sem rosto que, na realidade, se poderia aplicar a todos os portugueses no Portugal de 1960.





© History in HD on Unsplash

presos políticos em Portugal e “em maio difundiu uma circular, com instruções acerca do apoio e da adoção de presos”. Por exemplo, as secções da Amnistia Internacional enviaram cartas de protesto às autoridades portuguesas sobre os acontecimentos no julgamento de José Bernardino, sovado e arrastado por elementos da PIDE da sala de audiências para o calabouço do tribunal, onde ouviu a sentença, como testemunhou Patrick Hallinan, um procurador de S. Francisco.

Na Europa, enquanto os países do Bloco de Leste reforçavam a guerra fria, com a construção do muro de Berlim em 1961 e a entrada dos tanques soviéticos em Praga em agosto do mesmo ano, o Ocidente vivia um período de crescimento favorecido pelo acordo de suspensão a 1 de julho de 1968 dos direitos aduaneiros entre os primeiros seis Estados-membros – Bélgica, França, República Federal da Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda.

Apenas Portugal e Espanha mantinham regimes ditatoriais e a Grécia, que sofreria um golpe militar em 1967, e imporia um regime totalitário até 1974. Com as ditaduras na mira das organizações de defesa dos direitos humanos, Irene Pimentel recorda o ciclo em que os elementos da Amnistia Internacional “enviavam cartas às embaixadas de Portugal nesses países, que por sua vez as reenviavam para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente, para a PIDE”. A resposta, acrescenta, chegava sempre com o mesmo argumento: “Não havia em Portugal presos políticos. Ou seja, apenas havia presos que queriam derrubar o regime legalmente constituído e baseado na Constituição de 1933”.

Houve também casos descritos pela historiadora que regista, em 1963, a visita do deputado conservador Lord Russel de Liverpool, a convite

Se por um lado os ventos democráticos que sopravam na Europa possibilitaram a fundação da Amnistia Internacional, os regimes opressores no resto do mundo e, particularmente em Portugal e Espanha, justificaram a sua criação. Enquanto o Papa João XXIII, através do Concílio Vaticano II, trouxe a Igreja católica aos novos tempos, Konrad Adenauer devolveu a credibilidade à Alemanha e os Beatles e os Rolling Stones rompiam preconceitos, em Portugal, Salazar reforçava a repressão e a censura. Legitimava o objetivo de Peter Benenson na defesa de “qualquer pessoa fisicamente impedida, por prisão ou de outra forma, de expressar qualquer opinião que sustente honestamente e que não defenda ou tolere a violência pessoal”. No texto, publicado em maio de 1961 no jornal “The Observer” com o título “Os prisioneiros esquecidos”, o fundador da Amnistia Internacional dedicou um parágrafo ao “poeta espancado na frente da família” referindo-se à “brutalidade revoltante com que o principal poeta de Angola, Agostino Neto, foi tratado”. Benenson relatava que em junho de 1960 “a polícia política entrou em sua casa, mandou açoitá-lo na frente de sua família, detendo-o sem acusação ou julgamento nas ilhas de Cabo Verde”.

O início da década de 60, particularmente o ano seguinte, é apontado por Irene Pimentel como o

“annus horribilis” para António Oliveira Salazar. Desde a invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana ao início da guerra em Angola, até às operações lideradas por Henrique Galvão, no desvio do paquete Santa Maria e no avião sequestrado que a 10 de novembro lançou milhares de panfletos contra o regime salazarista em Lisboa, Barreiro, Setúbal, Beja e Faro.

As diligências da polícia política terminavam inúmeras vezes em prisões, com ou sem culpa formada, negando sempre, designadamente nas cartas de resposta à Amnistia Internacional, que em Portugal existissem prisioneiros políticos. Irene Pimentel recorda que nos arquivos da PIDE havia imensas pastas sobre a Amnistia Internacional. Na sua tese, a autora de vários livros sobre aquela polícia, não tem dúvidas em salientar que “a mais importante organização internacional a interceder pelos presos políticos portugueses, foi a importante Amnistia Internacional”. A historiadora adianta que a organização humanitária “apoiava determinados prisioneiros políticos e até lhe chamavam adoção”. Conta que os ativistas “seguiram o seu percurso, preocupavam-se com eles, se estavam em intermináveis medidas de segurança, pediam a sua libertação e mandavam livros”. Entre outros casos, destaca que em 1963 o comité britânico para a Amnistia em Portugal apresentou uma petição a favor dos

das autoridades portuguesas, que esteve em Portugal para investigar as prisões portuguesas, “nomeadamente Peniche, ‘onde nada de anormal pareceu encontrar’, e o Aljube, a única cadeia sobre a qual emitiu algumas críticas”. O relatório, “An Independent Investigation on Prisons in Portugal”, viria a ser posto em causa na imprensa britânica pelo membro do Parlamento Lord Gardiner e pelo jornalista português António de Figueiredo, exilado em Londres. A investigadora indica que a Amnistia Internacional sediada em Londres realçou o facto de Lord Russel de Liverpool “só ter entrevistado alguns detidos de Peniche, onde os presos cumpriam as suas penas, quando os maus-tratos sobrevinham sobretudo no período da investigação, em que estavam nas mãos da PIDE”. Nessa altura, a Amnistia Internacional lembrou ainda que, “embora a pena de dez anos de cadeia fosse a pena mais longa jamais dada a um preso político em Portugal, acabava por existir a «prisão perpétua», através da aplicação de medidas de segurança”.

A atenção da Amnistia Internacional nunca cessou durante os anos de repressão e os casos, raramente divulgados na Imprensa, sucederam-se. Irene Pimentel recorda que Helen Ward, secretária honorária do comité inglês da Amnistia Internacional, que em 1964, recém-chegada de Portugal, publicou o artigo “Portugal, uma mulher no cárcere”, acerca de Fernanda Paiva Tomás. Segundo a historiadora, a detida “tinha conseguido fazer sair secretamente da prisão de Caxias uma carta a revelar toda ‘a espécie de restrições, de leis arbitrárias, das mais desumanas providências’ de que era vítima”. No texto, Ward revelava que havia oficialmente 24 mulheres na prisão de Caxias, das quais 12 cumpriam penas e outras aguardavam julgamento há mais de um ano na prisão, contra a própria lei. A tese sobre “História da polícia política do

Estado Novo” de Irene Pimentel indica que, ainda no mesmo ano, a médica Maria Julieta Guimarães Gandra foi eleita pela Amnistia Internacional a prisioneira do ano e, graças à pressão, acabaria por ser libertada. Em 1965, assinala que a organização de direitos humanos decidiu ‘adotar’ o preso político Augusto Lindolfo, a secção de Camberra intercedeu por João Honrado, enquanto a da Nova Zelândia lutou pela libertação de José Magro. Também a secção da Amnistia Internacional de Vegen, na Dinamarca, recolheu fundos para pagar um advogado ao preso Rogério de Carvalho.

Para a investigadora da história contemporânea de Portugal, há acontecimentos, eventos, incidentes que marcaram profundamente a década de 60. Em 1962, e no final, em 1969, as crises académicas portuguesas, apesar de tudo, “foram bem distintas”. Recorda que a de 62 “estava ligada à identidade estudantil” e, no que diz respeito à de 69, “já abordava questões como a guerra colonial e, além da luta pela liberdade de associação, era contra o regime”.

A guerra colonial, que se prolongou pela década de 60 e 70, diz Irene Flunser Pimentel, “começou com algum consenso por parte da população depois da divulgação das imagens dos massacres de março de 1961”. Porém ao longo dos anos, o cansaço, as mortes e os ferimentos inverteram o apoio e desgastaram o regime a par da emigração em massa. Houve ainda um episódio que a investigadora destaca como tendo sido “escondido pelo Governo”, mas que alterou a perceção geral. Refere-se às terríveis inundações de 1967 que mataram centenas de pessoas, onde, tal como inúmeros estudantes, participou na ajuda às populações. Lembra que “os estudantes das camadas burguesas não sabiam em que país viviam e perceberam, quando foram ajudar, as condições horríveis em que as pessoas viviam”.

Não parecem restar dúvidas sobre o papel da Amnistia Internacional na defesa dos direitos humanos em Portugal não só na década de 60, mas até à revolução de 1974 e posteriormente. A historiadora refere que a PIDE odiava a Amnistia Internacional “porque desmascarava o regime e a própria polícia política e imagem de Portugal, denunciando as torturas”.



© Unseen Histories on Unsplash

Além disso, acrescenta, “estavam atentos às mortes”. Irene Pimentel garante ainda que também foram “muito importantes as organizações de juristas internacionais ligados muitas vezes à Amnistia Internacional”. Fundamentais para denunciar um país de que “não se falava” e que sugeria a ideia da “dita-branda”.

Portugal, já em democracia, assistiu à distinção da Amnistia Internacional com o Prémio Nobel da Paz em 1977, quatro anos antes da criação a Secção Portuguesa, e 20 anos depois da fundação do movimento internacional.

DOSSIÊ

A AMNISTIA INTERNACIONAL POR QUEM FAZ PARTE DO CAMINHO

A história da Amnistia Internacional é pautada pelo contributo precioso de várias pessoas ao longo das décadas que celebramos neste número de aniversário.

Um grupo de apoiantes e parceiros da organização respondeu às perguntas: “qual é a memória mais antiga em relação à Amnistia Internacional?”; “o que considera ser o papel da organização no mundo atual?” e “uma palavra para descrever a organização?”.

Independentemente das áreas de atuação, do ativismo ao jornalismo, da cultura ao voluntariado, quem conhece e trabalha com a Amnistia Internacional reconhece o seu papel fundamental na moldura social, o impacto em questões de igualdade, justiça e solidariedade, tanto passadas como as atuais, e a luta que ainda tem pela frente.





PATRÍCIA FILIPE

Presidente da Direção da Amnistia Internacional Portugal

A memória mais antiga remonta já aos tempos de estudante como sendo uma organização de relevância e referência mundial na defesa dos Direitos Humanos. A participação em ações mais concretas surgiu mais recentemente (2013) e desde então, foram várias as ações /campanhas que me marcaram, como por exemplo as ações de rua, as vigílias, a Maratona de Cartas, a dinamização de sessões de Educação para os Direitos Humanos nas escolas, iniciativas que me envolveram e motivaram a abraçar com alma esta organização, que me faz acreditar que a mudança é possível com o poder da nossa ação. Atualmente, o papel desta organização no mundo é tão relevante como foi em 1961, na data da sua criação. O ideal era que em pleno Séc. XXI, organizações como a Amnistia Internacional não fossem necessárias, mas a verdade é que os desafios e as violações de DH continuam a ser uma constante, nesse sentido, considero que a Amnistia continuará a ser essa “luz que ilumina a escuridão”, como dizia o inspirador Peter Benenson. Se tivesse de descrever a Amnistia numa palavra seria...esperança.



ANTÓNIO ANTUNES

Cartoonista do Expresso, júri do Prémio Amnistia Internacional IndieLisboa 2015

Não me lembro de um momento exato, uma data, em que tomei conhecimento da Amnistia Internacional, mas tenho a nítida lembrança de ver a AI sempre presente na defesa dos direitos humanos e no lado que eu considero “o lado certo das coisas”. Quero pensar que isso faz de mim um companheiro ao longo destes anos. Trabalho em jornais, por isso, é meu dever e vocação estar atento ao que se passa no mundo e esse é um caminho comum entre ambos. O papel da Amnistia é sobretudo o de denunciar, denunciar o que está mal, os abusos, as injustiças que acontecem todos os dias, como sabemos e não podemos ignorar. E, agora, talvez passe também por contrariar a avalanche de fake news que nos inundam os dias. Esta máquina gigantesca que deturpa os acontecimentos e faz parecer aceitável o que não o é, de todo. Este vai ser também um dos papéis da Amnistia no futuro, parece-me. Numa palavra, a Amnistia representa solidariedade. Solidariedade com valores, com os direitos humanos, solidariedade como uma pauta sempre presente.



MARIA CARMONA

Coordenadora da CRESCER, associação parceira da Amnistia Internacional Portugal na área dos refugiados

A memória mais antiga que tenho da Amnistia é antiga, não consigo precisar no tempo, mas lembro-me de ouvir falar por causa das suas campanhas. São muitos anos já. Sempre pensei na Amnistia como uma organização grande, ativa e virada sobretudo para a defesa das pessoas e dos seus direitos. A Amnistia Internacional tem um papel absolutamente fundamental na sociedade e, mais do que nunca, no mundo em que vivemos hoje. O papel que desempenha na denúncia das desigualdades é mais urgente do que nunca, parece-me. Quando as coisas são distorcidas e a verdade torna-se maleável, a AI tem um papel indispensável nos dias de hoje na demanda por justiça entre todos. Não tenho dúvidas da importância da sua atuação, cada vez mais necessária. A Amnistia numa palavra? Talvez uma que já usei antes e parece-me uma das mais importantes: justiça.



JOSÉ MARCO MAVUNGO

Advogado, prisioneiro de consciência em 2015 e membro da Amnistia Internacional Portugal

A minha mais antiga recordação da Amnistia Internacional remonta ao ano 2003, quando, em colaboração com os ativistas dos direitos humanos, criamos a Mpalabanda - Associação Cívica de Cabinda. O relatório “Terror em Cabinda”, publicado a 10 de dezembro de 2002, pela Comissão Ad-Hoc para os Direitos Humanos em Cabinda, descreve violações de direitos humanos cometidas pelas autoridades angolanas entre 1997-2002.

Entrei em contacto com organizações internacionais, entre as quais a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional. Falei com a investigadora para Angola da Amnistia Internacional, com quem trabalhei sobre vários casos. A conversa fluiu naturalmente, e as suas questões transmitiam sempre um sentimento de envolvimento sério para que a justiça e a liberdade sejam uma realidade em Cabinda. A Amnistia é o guardião da cultura dos direitos humanos nestes tempos difíceis. Todos os dias nos chegamos notícias e relatos de abusos dos direitos humanos, de pacatos cidadãos mortos por causa de conflitos armados ou de crise, ou de pessoas impedidas de exercer os seus direitos civis e políticos por regimes autoritários.

Cabe à organização continuar a trabalhar, investigar e recolher

testemunhos, reunir com líderes civis e políticos, juntar ativistas, coletar e encaminhar cartas e petições promover campanhas e envolver pessoas. Este trabalho é fundamental para que a humanidade possa dar passos em direção a uma autêntica cultura dos direitos humanos. O trabalho da AI é de inestimável valor, por que cria sentido e razão de viver aos que recebem a sua mensagem. Numa palavra para a Amnistia, ocorre-me dizer a máxima “Direito”.



SOFIA BRANCO

Jornalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas e júri do Prémio Amnistia Internacional do IndieLisboa 2010

Lembro-me da Amnistia ainda nos tempos do liceu, quando era uma adolescente. Lembro-me de ouvir sobre esta organização por causa da luta pela independência de Timor-Leste. A ideia que tenho é que a AI teve um papel fundamental no apelo por justiça, durante toda a ocupação da Indonésia e aqueles anos tumultuosos até à libertação. Como, aliás, tem vindo a ser a sua atuação durante várias décadas. Considero que a Amnistia Internacional desempenha um papel absolutamente fundamental na luta pela defesa dos direitos humanos. Se tiver de definir a Amnistia numa palavra seria, sem dúvida, “coragem”.



IVO CANELAS

Ator e *strongvoice* da Amnistia Internacional Portugal

Logo a seguir ao Live Aid (concerto emblemático de angariação de fundos para África em 1985), a Amnistia Internacional fez uma tournée mundial com vários músicos, entre eles o Bruce Springsteen, que eu gosto muito desde sempre (tournée “Human Rights Now!”, em 1988, onde vários músicos aturam em 19 cidades de 15 países, a propósito do 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Foi através da música conjugada com a luta social que ouvi falar, pela primeira vez da Amnistia Internacional. Era um miúdo na altura por isso, no fundo, acompanha-me desde sempre. A Amnistia tem uma função muito importante de transformar o ‘macro’ no ‘micro’, com uma ação local e direcionada, que combate aquela sensação que todos temos de que, às vezes, são demasiadas coisas a acontecer ao mesmo tempo e não conseguimos chegar a todos. Dando destaque a casos específicos, a mim em particular, ajuda-me a focar numa questão clara e tentar resolvê-la em tempo real. Sem dúvida que, se tenho de escolher uma palavra para definir a Amnistia Internacional, seria “justiça”.



ANA FILIPA COSTA

Jovem ativista do movimento Greve pelo Clima, distinguido com o Prémio Embaixador de Consciência em 2019

Sempre que estava em casa da minha avó, ela dava-me uma explicação das últimas coisas que tinham acontecido em contexto internacional. Quando tinha 14/15 anos, ouvi falar da Amnistia por causa da maratona de cartas que fazem anualmente. Nunca consegui participar e nunca acompanhei minuciosamente o trabalho até ingressar na equipa do *Face to Face* aqui no Porto. Foi uma experiência maravilhosa e não poderia estar mais feliz por finalmente ter a oportunidade de ter uma descrição detalhada e atual dos projetos que foram e estavam a ser desenvolvidos. Num mundo marcado pelo medo e pela ignorância, em que as pessoas estão muito focadas na sua individualidade, a Amnistia lembra-nos que os direitos que temos e que são considerados como uma realidade, não são garantidos para grande parte da população. Muita gente se esquece das violações constantes aos direitos humanos que acontecem diariamente e tornam acessível essa educação da população, com campanhas didáticas e eficazes, em que qualquer pessoa se pode envolver. A Amnistia é um pilar fundamental da sociedade que luta pela justiça e pela igualdade de tod@s. Uma palavra não chega, divido-me entre esperança, justiça e luta.



© Cici Hung on Unsplash

DOSSIÊ

Direitos económicos, sociais e culturais: onde estamos e onde deveríamos estar?

O direito a habitação adequada, a escolher livremente um trabalho, a proteção na velhice, a educação e saúde de qualidade...

Que caminho têm percorrido as nossas sociedades para alcançar os direitos económicos, sociais e culturais para todas as pessoas?

A crise ecológica e a pandemia atual convidam-nos a um ponto de situação – e a uma escolha.

Há mais de um ano que um só tema monopolizou o espaço público e os noticiários nos apresentaram registos de mortalidade. Com a pandemia da COVID-19, espalhou-se por vezes a ideia de que o vírus seria democrático: mata pessoas ricas e pobres, de qualquer geografia ou tom de pele. Porém, se olharmos além dos números, a pandemia reflete e aprofunda as linhas das desigualdades e discriminações, separando quem tem acesso a direitos básicos e quem não tem. Povos indígenas, mulheres, pessoas negras, migrantes, precárias ou

sem abrigo “estão a ser afetadas desproporcionalmente pela pandemia” e “têm maior probabilidade de ser empurrados para a pobreza, passar fome e ser excluídos dos cuidados de saúde”, diz o relatório da desigualdade de 2021 da Oxfam. Vários grupos marginalizados, que, somados, são a maior parte da população mundial.

A COVID-19 pôs a nu a importância dos direitos universais a ter casa, alimentação, água e saúde adequadas, a condições de trabalho justas e à não discriminação. E, já em 1966, quase

todos os estados do mundo se haviam comprometido a respeitá-los, protegê-los e realizá-los, ao assinar o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC). Uma medida política que representasse um retrocesso nos direitos – como as medidas de austeridade – podia ser considerada uma violação.

Desde então, um mito dominou o discurso político e mediático: o crescimento económico e o mercado livre trariam a materialização destes direitos. Pelos dados do Banco Mundial, o Produto Mundial Bruto disparou de 10 mil milhões de dólares em 1950 para 130 mil milhões em 2017. Mas isso traduziu-se no agigantar das fortunas de uns poucos, mais do que na melhoria da qualidade de vida da maioria.

“A desigualdade extrema está fora de controlo”, sintetiza a Oxfam. Durante a pandemia, a riqueza dos 10 mais ricos do mundo aumentou mil milhões de dólares – mais do que suficiente para impedir qualquer ser humano de cair na pobreza devido à COVID-19. Os 22 homens mais ricos do mundo possuem mais riqueza que todas as mulheres em África.

Também em Portugal, segundo o economista Eugénio Rosa, vemos “os ricos cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais numerosos e mais pobres.” Os 10% mais ricos detêm 60% da riqueza. Em 2018, quase 20% da população vivia no limiar da pobreza, e a taxa de risco de pobreza atingia metade dos desempregados. “E este grupo está a crescer com a crise económica e social causada pela COVID.”

Crise significa “momento de decisão”. Dela têm surgido propostas criativas para alcançar os direitos DESC. “A desigualdade não é inevitável: é uma escolha política”, diz a Oxfam, que propõe taxar os super-ricos e



© Amnistia Internacional Portugal

as multinacionais para “combater a riqueza extrema”, e investir em serviços de cuidados, saúde e educação.

Em Portugal, propôs-se uma Assembleia de Cidadãos para que sejam as pessoas, e não as elites, a decidir como usar os fundos de recuperação económica. E, a nível europeu, mais de 100 mil pessoas já assinaram uma iniciativa por um Rendimento Básico Incondicional, “que assegure a existência material de todas as pessoas e a oportunidade de participar na sociedade”.

CASAS OU CASINOS?

“Já perdi a conta aos despejos a que assisti”, confessa à AGIR Rita Silva, da Habita! – Associação pelo direito à habitação e à cidade. “Mulheres despejadas com crianças, um homem migrante, sozinho e acamado, deixado no meio do chão. Sem qualquer acompanhamento ou solução alternativa. Muitos com violência policial”. As brutais expulsões dos bairros 6 de Maio e Santa Filomena,

em 2015, revelaram como o mesmo Estado que se comprometeu a proteger o direito à habitação tem sido ele próprio autor das violações. A Câmara da Amadora chegou a invocar a retórica dos direitos humanos, alegando querer acabar com o “flagelo social da habitação precária”, enquanto destruía as comunidades e o teto a dezenas de famílias.

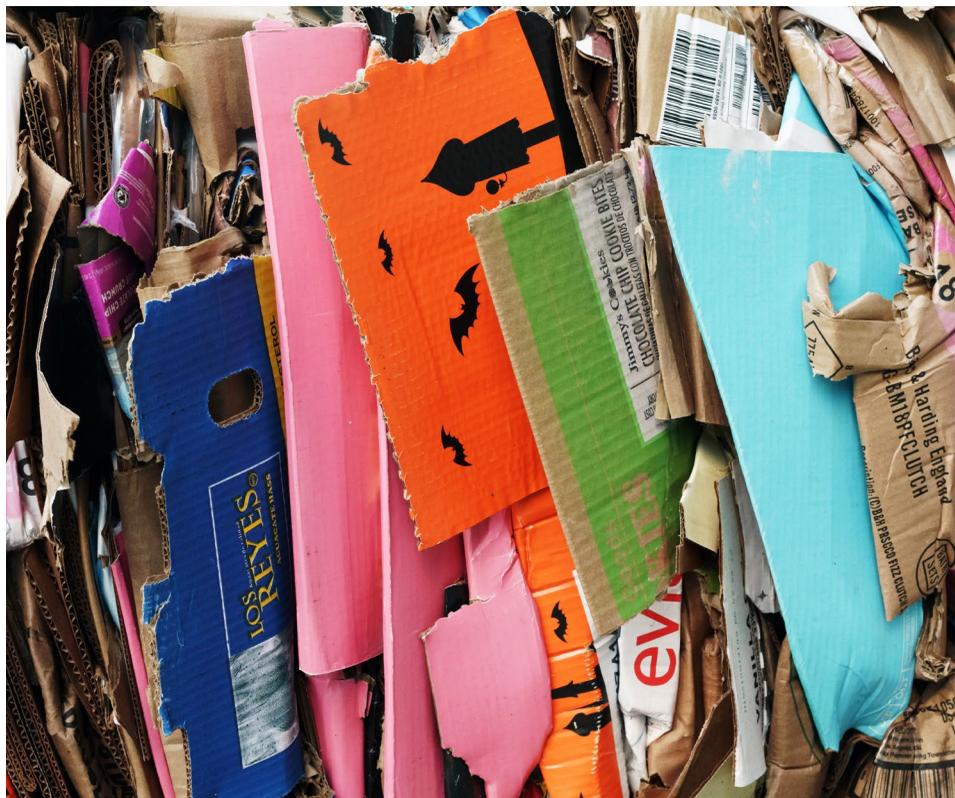
Rita Silva contextualiza três períodos: “Há desde sempre uma crise de habitação para pessoas e grupos sociais mais desfavorecidos: migrantes, população cigana, trabalhadores pobres. Na última década, o país assentou o seu modelo económico na especulação imobiliária desenfreada, com a liberalização da lei das rendas, a atração de investimento estrangeiro, a turistificação. Os “vistos gold” vieram promover um mercado imobiliário virado para os altos rendimentos e transformar a habitação em produto de investimento em vez da sua função social. Vimos a situação da habitação degradar-se muito, com milhares de despejos, e chegámos à pandemia

com uma crise alargada a toda a sociedade. A pandemia veio exacerbar as desigualdades. Hoje, temos um barril de pólvora: 40% dos proprietários têm inquilinos com rendas em atraso. Uma grande fatia da população não consegue pagar a renda, e está em risco de um despejo.”

Em 2018 o governo identificou 26 mil famílias em situação de carência habitacional. Mas para a ativista há muitas mais. “Só o concelho de Almada precisa de alojar 8 mil famílias. Segundo os últimos censos, há 10 anos, já 10% da população vivia em sobrelotação.” Não se sabe quantas pessoas perderam as casas para os bancos ou para as ‘renovictions’ – expulsão de moradores como resultado dum plano de renovação do imóvel. A pandemia levou o governo a proibir temporariamente os despejos. Desde a Amnistia Internacional, a Habita, às Nações Unidas, o consenso é claro: é necessário proibi-los de vez.

A habitação é central para os DESC. “Se uma pessoa não tiver um espaço seguro, como pode desenvolver a sua vida em todas as dimensões, social, política? O sufoco de não conseguir manter uma casa, viver na rua, viver em sobrelotação, ou estar na iminência de despejo tem enormes impactos na saúde e bem-estar psicológico.”

Para Rita Silva, a pandemia veio mostrar o quanto “precisamos da comunidade, da ajuda mútua entre vizinhos”. A Habita! propõe encararmos a habitação como património comum, essencial à vida. Mais habitação pública, fora do mercado, recuperar casas devolutas e controlar os preços de renda e de venda. “Deve-se apostar em todos os setores fundamentais – habitação, alimentação com produção de proximidade, saúde. Mas em função das necessidades humanas e sociais, e não das necessidades do capital. E isso é uma grande transformação.”



UMA HUMANIDADE, DOIS GRUPOS DE DIREITOS?

Se uma pessoa fosse impedida de votar por ser pobre, negra ou homossexual, a situação seria altamente condenada pela comunidade internacional. No entanto, as profundas formas de discriminação no usufruto de direitos básicos como habitação e saúde contra pessoas racializadas, mulheres, migrantes ou outros grupos vulneráveis, são tolerados como uma realidade infeliz.

Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos não faz distinção entre direitos, o jogo político da guerra fria levou a uma separação. As economias de mercado ocidentais enfatizaram os direitos civis e políticos (CP) e as economias do Leste os direitos económicos, sociais e culturais (DESC). Isto resultou na adoção de dois pactos internacionais separados e “numa dicotomia que se perpetua

ainda hoje”, explica à AGIR a jurista Laura Nascimento Duarte, autora da tese “A Justiciabilidade dos direitos económicos, sociais e culturais”.

Desde o início, em 1966, o pacto dos direitos CP foi dotado de um órgão de controlo e aplicação do tratado, o Comité dos Direitos do Homem, e um mecanismo que permite a indivíduos e organizações fazer queixas e obter condenações do estado.

Quanto ao pacto dos DESC, só em 2013 entrou em vigor um mecanismo de queixas, e a formulação do pacto tende a ser mais vaga. “Os DESC foram relegados para segundo plano e as suas violações são, muitas vezes, consideradas de menor importância.

A negação dos direitos CP é vista como uma violação, enquanto a negação dos DESC como uma mera injustiça”, observa Laura Duarte.

Afinal, esta diferenciação faz pouco sentido. A ONU reconhece que os direitos consagrados nos dois pactos são “universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados”. Uma família que, para garantir o direito à habitação, é obrigada a pagar uma alta renda ou dívida ao banco não tem liberdade constrangida para escolher um trabalho ou defender direitos laborais? Uma mulher privada do acesso a habitação adequada não se torna mais vulnerável a violência doméstica, podendo ter de escolher entre uma relação abusiva ou tornar-se sem abrigo? E, ao contrário, não será menos provável ficar sem casa quando as pessoas podem exercer os seus direitos políticos, como o voto, a auto-organização ou a manifestação? O gozo de um direito humano está dependente do gozo de todos os outros.

DIREITOS DA NATUREZA

É interessante observar que o acesso à terra não vem referido nos DESC, quando é uma questão central de direitos humanos – e uma das grandes reivindicações das populações indígenas e comunidades rurais. “Constitui a base para o acesso a

alimentação, habitação e desenvolvimento. Sem acesso à terra, muitas pessoas são colocadas em situação de grave insegurança económica”, observou o professor de Direitos Humanos Jérémie Gilbert. No Brasil, os conflitos por terra duplicaram nos últimos 10 anos. Em Portugal, onde a Reforma Agrária chegou a redistribuir um milhão de hectares pelos trabalhadores, o uso da terra está hoje largamente ditado pela indústria do papel e as monoculturas intensivas.

“Proteger o direito à terra das pessoas vulneráveis é essencial para criar uma sociedade justa e próspera, combater a pobreza e a fome nas comunidades rurais, enfrentar as desigualdades e proteger o meio ambiente”, escreve Gilbert.

A ideia de direitos humanos universais convida a um diálogo entre diversas narrativas culturais. Dando voz a culturas indígenas do mundo fora, e ao conhecimento científico dos ecossistemas terrestres, a Aliança Global para os Direitos da Natureza sugere que, para reconhecer direitos intrínsecos ao ser humano, temos de reconhecer direitos intrínsecos a toda a vida.

“Em vez de tratar a natureza como propriedade, reconhecer que a natureza em todas as formas de vida tem o direito de existir, manter e regenerar os seus ciclos vitais”, explica-se em therightsofnature.org.

“2021 é um ano crítico para redefinirmos a nossa relação com a natureza”, afirmou António Guterres, secretário-geral da ONU, no final de fevereiro. “Todos os desafios ambientais, sociais e económicos estão interligados. Devem ser tratados em conjunto. Temos de colocar a saúde do planeta no centro de todos os nossos planos e políticas”



© Sanjit Das



DOSSIÊ

Direitos Cívicos e Políticos: Uma luta constante pelo mundo

Foi em 1976 que entrou em vigor o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos. A liberdade de expressão e reunião, o acesso à justiça, a não discriminação, entre outros, estão aqui consagrados. Mas tal não significa que sejam sempre cumpridos, mesmo nos países signatários. A pandemia da COVID-19 veio evidenciar ainda mais a fragilidade destes direitos e como podem facilmente ser violados.

Nas ondas hertzianas da Hungria, calou-se recentemente a última rádio independente que atuava como voz crítica do governo ultranacionalista de Viktor Orbán. A Klubrádió perdeu a licença de emissão por, alegadamente, transmitir pouca música húngara. Também foi em fevereiro de 2021 que, na Polónia, os órgãos de comunicação social independentes se vestiram 'de negro' nas suas manchetes, homepages e ecrãs de televisão, como forma de protesto contra as novas imposições do Governo da Polónia à sua atividade, nomeadamente ao criar novas taxas sobre a publicidade. A proposta foi vista pelos Media como um ataque à imprensa e uma forma indireta de censura.

Dois exemplos recentes que mostram que consagrar os direitos civis e políticos é uma luta constante, que pode sofrer reveses, mediante novos governos ou novas medidas que se instalem num determinado país. Mas não só. A pandemia que atualmente vivemos tem surgido também como justificação para limitar alguns dos direitos civis e políticos consagrados a nível internacional. Um relatório lançado em fevereiro de 2021 pela Human Rights Watch dá conta de que pelo menos 83 governos usaram a pandemia de COVID-19 para justificar a violação do exercício da liberdade de expressão e de reunião pacífica.

Diz a organização que as autoridades atacaram, detiveram, processaram e, em alguns casos, mataram críticos. Também impediram protestos pacíficos, fecharam órgãos de comunicação social e promulgaram leis vagas que criminalizam declarações que, segundo esses governos, ameaçariam a saúde pública. Entre as vítimas estão jornalistas, ativistas, profissionais de saúde, grupos políticos de oposição e outros que criticaram as respostas de governos ao coronavírus.

Mas mesmo em países amplamente conhecidos como democrático, e fora do ambiente pandémico, as violações acontecem.

No caso dos EUA, a prisão de Guantánamo continua a ser palco de contínuas violações dos direitos humanos. Um relatório da Amnistia Internacional, lançado em janeiro de 2021, documenta as diversas violações cometidas contra os detidos no centro, onde as vítimas de tortura são mantidas sem cuidados médicos adequados, por tempo indeterminado e sem acesso a julgamentos justos. «Estas detenções estão inevitavelmente ligadas a diversos níveis da conduta ilegal do governo dos EUA, ao longo dos anos: transferências secretas, interrogatórios com os detidos



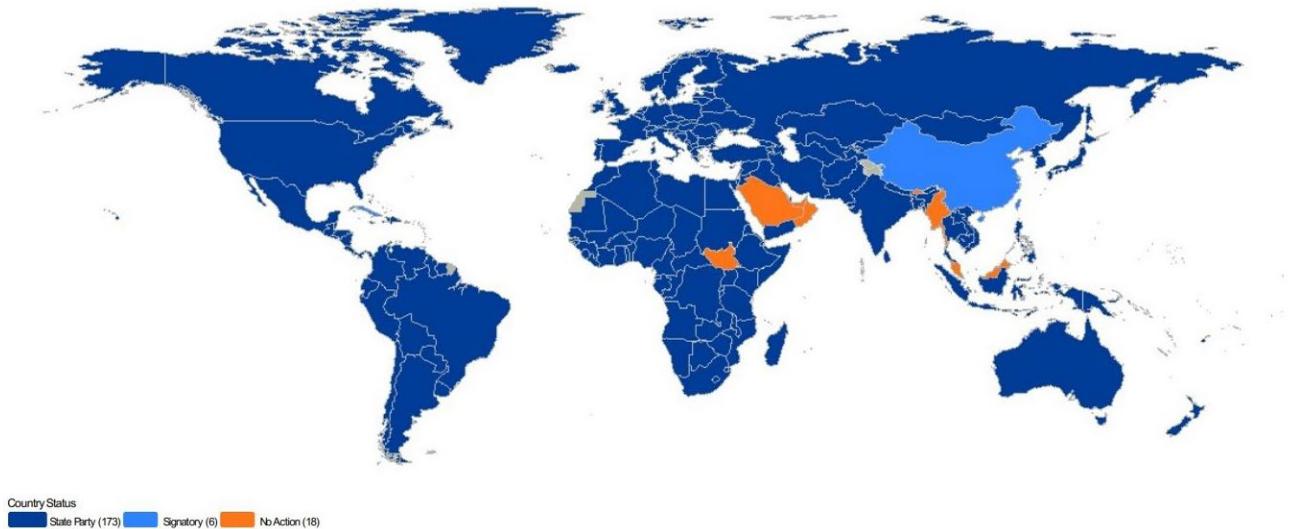
incomunicáveis, alimentação forçada a quem está em greve de fome, tortura, desaparecimentos forçados e ausência total do devido processo legal», denuncia Daphne Eviatar, diretora do Programa de Segurança e Direitos Humanos da Amnistia Internacional dos EUA.

Podemos, assim, falar de países mais ou menos cumpridores dos direitos civis e políticos, com realidades tão dispersas como a diversidade de países que existem. Sobretudo em zonas de conflito e em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, com os países africanos e do Médio Oriente a encabeçarem normalmente as estatísticas de países que violam diversos direitos. E tudo isto foi potenciado pela pandemia.

«Onde os direitos humanos eram fracos, a pandemia enfraqueceu-os. Mas a COVID-19 não inventou ou redesenhou as falhas da sociedade: apenas as colocou nuas para todos verem», pode ler-se no relatório 'Apelo de Direitos Humanos das Nações Unidas 2021', do Escritório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR).

AS COMUNIDADES MAIS FRAGILIZADAS

Mas no meio de um universo tão complexo de países e realidades tão díspares, podemos ainda falar de comunidades mais ou menos vulneráveis, e neste caso serão os refugiados, as mulheres e as crianças as populações que sistematicamente veem os seus direitos consagrados mais



Definition and meta-data: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/HRIndicators/MetadataRatificationStatus.pdf>
 Source: Database of the United Nations Office of Legal Affairs (OLA) <https://treaties.un.org>
 For application of treaties to overseas, non-self-governing and other territories, shown here in grey, see <https://treaties.un.org>

Note: The boundaries and the names shown and the designations used on these maps do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations. Final boundary between the Republic of Sudan and the Republic of South Sudan has not yet been determined. Dotted line represents approximately the Line of Control in Jammu and Kashmir agreed upon by India and Pakistan. The final status of Jammu and Kashmir has not yet been agreed upon by the parties.

facilmente serem violados. De acordo com o Banco Mundial, uma em cada cinco pessoas no Médio Oriente e no Norte de África vive atualmente perto de um grande conflito. Isto fez as carências humanitárias aumentarem e atingirem os níveis mais altos desde a Segunda Guerra Mundial. Estes conflitos dão origem a milhões de pessoas em fuga à procura de asilo e segurança. Por arrasto, os direitos civis e políticos são também mais vezes violados.

No que respeita às mulheres, dados da ONU Mulheres dão conta de que 35% das mulheres já sofriam de algum tipo de violência física ou sexual antes da pandemia. E esta 'pandemia sombria', como lhe chama', cresceu com o confinamento, com as ligações para as linhas de ajuda a aumentaram cinco vezes em alguns países. Outra das comunidades mais

fragilizadas nos seus direitos são as crianças. Em agosto de 2020, a UNICEF publicou o relatório 'Pesquisa de Impacto Socioeconómico da Resposta à COVID-19', onde revelou que mais de 100 países suspenderam os serviços de assistência a crianças em risco durante a pandemia de COVID-19, deixando-as em maior risco de violência, exploração e abuso. Mesmo antes da pandemia, a exposição das crianças à violência era generalizada, com cerca de metade das crianças do mundo a sofrer castigos corporais em casa e com 1 em cada 3 meninas adolescentes de 15 a 19 anos a serem vítimas dos seus parceiros íntimos em algum momento de suas vidas, relata a UNICEF.

SITUAÇÃO EM PORTUGAL

O Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

produziu em 2019 a sua Revisão Periódica Universal, salientando que Portugal fez um esforço desde a anterior revisão, em 2014, para implementar as recomendações dadas, e que o país continua determinado a respeitar e promover os direitos humanos para todos, tanto a nível nacional como internacional. Contudo, existem problemas para resolver dentro de portas. Ganham destaque a discriminação, a violência de género e o acesso a habitação condigna.

Neste contexto, a Amnistia Internacional Portugal analisou o relatório em causa e considera que o país deve tomar todas as medidas apropriadas para combater a violência baseada no género. Sobre este tema, acrescem dados da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, que dão conta de que as participações de violência doméstica têm vindo

a crescer, com um total de 29.473 registadas em 2019, assim como têm vindo a crescer as sinalizações pela exposição à violência doméstica com os dados de 2019 a totalizarem 43.796 casos. Em Portugal também devem ser aumentadas as medidas de combate à discriminação, à exclusão social e à segregação de ciganos, afrodescendentes, migrantes, refugiados, pessoas LGBTI e outros grupos e minorias marginalizados. Um relatório europeu recente, 'Estado de ódio - o extremismo de direita na Europa', da autoria de dois jornalistas que se dedicam ao estudo da extrema-direita, Ricardo Cabral Fernandes e Filipe Teles, alerta para o risco de radicalização da extrema-direita em Portugal e o que isso pode significar para as minorias.

No que toca à habitação, a Amnistia considera que se deve assegurar que a Lei de Bases da Habitação respeite as leis e normas internacionais e regionais de direitos humanos sobre o direito à habitação e estabeleça mecanismos adequados de monitorização e responsabilização. Além disso, é necessário prever na lei a proibição dos desalojamentos forçados.

Já no relatório da Human Rights Watch, que avalia as práticas em 100 países, Portugal é referido positivamente no bloco da União Europeia pela forma como acolheu refugiados durante a pandemia em 2020. O país tomou medidas para proteger e, em alguns casos, estender o acesso aos cuidados de saúde pública e outros direitos a esta comunidade durante a pandemia.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS: UM COMPROMISSO A SER REFORÇADO

Composto por 53 artigos, divididos em cinco partes, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos entrou em vigor em 1976 como um dos

documentos que corporiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948 pela Organização das Nações Unidas.

É na terceira parte do documento que se encontra o elenco dos direitos, chamados 'direitos de primeira geração'. Este Pacto estipula, entre outros, o direito à liberdade de expressão e reunião, o direito ao acesso à justiça, direito à informação, à não discriminação, o direito a procurar asilo, a proibição da tortura e da escravidão, entre outros.

Porém, como já vimos acima, mesmo os países que defendem internacionalmente estes direitos nem sempre o cumprem entre portas. Por isso mesmo, todos os países signatários são obrigados a apresentar relatórios regulares sobre a sua situação interna. Como também já vimos, a pandemia veio agravar muitos dos problemas que

© Jonas Persson



já existiam, provocando retrocessos, devendo agora a luta pelos direitos humanos ser reforçada.

No atual contexto, Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia até junho de 2021, um palco único e privilegiado para fazer valer a defesa dos direitos humanos. A Amnistia Internacional apelou ao governo português para que coloque os direitos humanos no centro desta Presidência, através de um conjunto de recomendações para promover a defesa destes direitos na Europa.

No plano internacional, a indicação é para trabalhar ainda mais pela preservação dos direitos humanos. Para que a Agenda 2030 – em que o mundo se compromete a cumprir 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para mudar o mundo – possa efetivamente cumprir-se.



Ler o artigo completo em:

www.amnistia.pt/direitos-civis-e-politicos/



1960

Após ler uma notícia segundo a qual dois estudantes portugueses teriam sido presos por terem feito “um brinde à liberdade”, Peter Benenson, um advogado britânico, ficou indignado e percebeu que situações destas não podiam acontecer impunemente.



28 MAIO 1961

Peter Benenson publica o artigo “The Forgotten Prisoners” no jornal inglês *The Observer* onde lança uma campanha onde apela à libertação daqueles a quem chama de prisioneiros de consciência: pessoas que foram presas por ter expressado opiniões políticas ou religiosas sem que tenham usado nem advogado violência. Esta é a primeira missão, e que irá marcar o nascimento da Amnistia Internacional.

1960

EM PORTUGAL

25 ABRIL 1974

Revolução do Cravos que marca o fim da ditadura em Portugal



**A DEFENDER OS D
NO M
40 EM P**

20 DEZEMBRO 1993

Na sequência de uma intensa campanha por parte da Amnistia da Amnistia Internacional, é criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.



11 SETEMBRO 2001

Ataque ao *World Trade Center*, em Nova Iorque. No ano seguinte é criado o Centro de Detenção na Baía de Guantánamo. Estes dois acontecimentos marcam os direitos humanos nos anos seguintes.



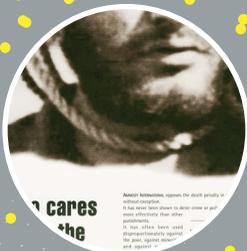
DÉCADA DE 2000-2009

EM PORTUGAL

10 DEZEMBRO 2006

O Parlamento português reconhece o trabalho inestimável da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional na defesa e promoção dos direitos humanos em Portugal e no mundo, atribuindo-lhe o Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República.





1980

A Amnistia Internacional lança a primeira campanha contra a Pena de morte. Tal como a tortura esta campanha tem como objetivo alcançar a erradicação desta prática. Desde então, 142 países aboliram a pena de morte na lei ou na prática.

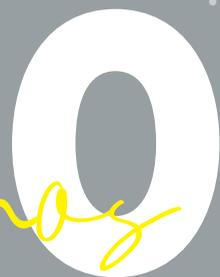


11 FEVEREIRO 1990

Nelson Mandela é libertado da Prisão e em 2006 recebe o prémio Embaixador da Consciência da Amnistia Internacional

DÉCADA DE 1980-1989

DÉCADA DE 1990-1999



**DIREITOS HUMANOS
MUNDO,
PORTUGAL**



18 MAIO 1981

Criada a Amnistia Internacional Portugal resultando da motivação de vários membros portugueses da organização. No início havia 50 membros organizados em dois grupos locais, situados em Algés e em Lisboa.



24 DEZEMBRO 2014

Entra em vigor o Tratado de Comércio de Armas. Foi uma vitória que a Amnistia Internacional e outros parceiros conseguiram ao fim de incansáveis esforços de pressão institucional e de campanha desde o início da década de 1990.



2019

Primeiros casos de COVID-19, em Wuhan, na China. Início de um período de pandemia que se vai estender pelos próximos anos com um impacto nos direitos humanos e na forma de os trabalhar.

DÉCADA DE 2010-2019

2021



2015

Entra em vigor, no Código Penal Português, a autonomização do crime de mutilação genital feminina. A mudança legislativa surge após a Amnistia Internacional Portugal ter feito recomendações neste sentido.

PARA SABER MAIS

WWW.AMNISTIA.PT/HISTORIA-60ANOS/



SECÇÃO

Pandemia agravou a situação das pessoas com deficiência

Há um longo caminho a percorrer em Portugal no que respeita aos direitos humanos das pessoas com deficiência. Em 2020 a COVID-19 veio prejudicar (ainda mais) o acesso ao emprego, educação, saúde e apoios sociais, agravando as desigualdades que há muito se perpetuam no país.

As melhorias eram frágeis, mas relevantes. Nos últimos anos vários indicadores sociais e económicos de direitos humanos estavam a crescer positivamente. Seguindo a tendência das melhorias verificadas na sociedade em geral, as pessoas com deficiência viram uma pequena evolução nas suas condições de vida que, por ser tão frágil, foi rapidamente revertida e agravada pela pandemia. Esta é a análise de Paula Campos Pinto, coordenadora do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) que explica à AGIR como os direitos humanos das pessoas com deficiência ficam sempre aquém da realidade da restante população.

O último relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2020”, publicado pelo ODDH, revela que em junho do ano passado havia 13.270 pessoas com deficiência inscritas como desempregadas nos centros de emprego, registando-se um aumento de 10% face aos dados globais de 2019 (12.027 inscritos com deficiência).

“Entre 2018 e 2019 o desemprego das pessoas com deficiência em Portugal diminuiu 1%. É uma melhoria pequeníssima, podemos dizer, mas é um pequeno progresso. Mas logo que entra a crise

[pandémica], em seis meses recuamos 10%. Isto é um pouco o que mostra realmente esta situação de precariedade dos direitos humanos das pessoas com deficiência e dos seus agregados familiares, que acho que a crise também veio pôr a nu”, diz Paula Campos Pinto.

Além do relatório anual da ODDH, foi realizado, no ano passado, um outro estudo intitulado “Deficiência e Covid-19 em Portugal” dedicado especificamente aos impactos da pandemia. Inquéritos realizados durante e após o primeiro confinamento mostram que, na sequência do encerramento de equipamentos de apoio social foram retirados apoios ou serviços a 40,1% dos inquiridos. Em muitos casos estes serviços continuam suspensos. “Há uma percentagem muito grande que, efetivamente, continua desprovida desses apoios que são, nalguns casos, necessários para o dia a dia e para que não haja regressão de algumas das condições de saúde ou de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos com deficiência”, diz a investigadora.



Ler as entrevistas completas em:

www.amnistia.pt/pandemia-agravou-situacao/

7 PERGUNTAS A...

Diana Santos

Psicóloga, membro fundador e vice-presidente do Centro de Vida Independente



“Lutamos por direitos humanos e civis, tão e somente isto”

1 - Quais são as principais lutas do Centro de Vida Independente (CVI)?

Para nós há pilares basilares da vida independente e a assistência pessoal é um deles. É ter alguém que ajuda a ultrapassar as nossas necessidades e que seja custeado pelo Estado. Depois é também habitação acessível, escola inclusiva, é ter produtos de apoio a tempo e horas, é lutar pela defesa dos direitos das mulheres com deficiência. No fundo é podermos viver como cidadãos de primeira com tudo o que isso implica.

2 - Quais têm sido os maiores obstáculos ao cumprimento dos vossos objetivos?

São três principalmente. O primeiro é estrutural, que é o nosso Estado e as políticas públicas. Foram e são políticas assistencialistas e é muito difícil mudar para um paradigma de dar dignidade à vida das pessoas. Depois temos os lóbis das IPSS, das grandes estruturas. Efetivamente a deficiência dá dinheiro a muita gente. E depois há a própria falta de autodeterminação das pessoas com deficiência, que nunca tiveram poder para decidir sobre as suas vidas.

3 - Qual considera que seria o passo mais importante a dar no imediato?

Precisávamos de políticas e estratégias organizadas. Nós não temos sequer dados de quantas pessoas com deficiência existem em Portugal e, portanto, estamos a criar políticas sem saber os números.

Aos seis meses de idade uma reação anormal a uma vacina privou Diana Santos das capacidades motoras. Apesar da condição de tetraplégica diz-se “privilegiada” por ter acesso aos suportes necessários que lhe permitem viver uma vida autodeterminada. Ao integrar o Projeto-Piloto de Vida Independente da Câmara Municipal de Lisboa, provou que as pessoas com deficiência podem deter o controlo das suas vidas, mostrando a importância da assistência pessoal para concretizar esse objetivo. É psicóloga, membro fundador e vice-presidente do Centro de Vida Independente, a associação que luta para que as pessoas com deficiência vejam consagrados os mais básicos direitos humanos, a começar pela liberdade individual.

4 - De que forma a pandemia afetou a vida das pessoas com deficiência?

Tivemos casos muito dramáticos. As terapias e as respostas sociais foram suspensas. Pessoas que já tinham pouco contacto com a realidade passaram a não ter nenhum.

5 - Diria que teve impacto na liberdade?

Completamente. Enquanto muitos de nós conseguimos ter um verão razoável, estas pessoas ficaram em casa para se proteger a si e aos cuidadores e, portanto, merecem imenso respeito. É indigno que, por não terem mais de 50 anos, fiquem excluídas das prioridades de vacinação. Essa inclusão tem sido também a nossa luta mais recente.

6 - De que forma a suspensão da atividade médica não urgente prejudicou a vida das pessoas com deficiência?

Prejudicou-as principalmente ao nível das doenças secundárias e respectivos tratamentos. Além disso tivemos o atraso na atribuição de atestados multiusos, deixou muita gente, durante muito tempo, sem ser considerada com tendo deficiência. Também a atribuição dos produtos de apoio ficou suspensa, demorando, por exemplo, um ano e meio para atribuírem algo como uma cadeira de rodas. A vida não espera por um produto de apoio e a pandemia veio, também, atrasar tudo isto.

7 - Qual o repto que gostaria de lançar à sociedade?

As pessoas até são condescendentes com a causa, mas não conseguem aliar-se. E, portanto, é muito bom para nós falar também para o público normativo, para que sintam quais são as nossas reivindicações. Lutamos por direitos humanos e civis, tão e somente isto. Era muito bom sentirmos a colaboração de todas as pessoas nesta luta.



SECÇÃO

UMA CONFERÊNCIA PARA PENSAR A ARTE E DIREITOS HUMANOS:

*“O bom funcionamento da democracia
depende da boa saúde da cultura”*

De que forma pode uma peça de teatro, um filme ou uma música tornar uma questão invisibilizada num assunto político e mediático? Há alguns anos que Susana C. Gaspar, investigadora de doutoramento e coordenadora do projeto Artes pela Amnistia, investiga o impacto das práticas artísticas na criação de uma agenda de defesa e promoção de Direitos Humanos. O potencial é conhecido. E é cada mais frequente ativistas e artistas trabalharem juntos. Mas sabemos, de facto, porque é que a arte é tão impactante para falar criticamente sobre Direitos Humanos? Nos dias 20 e 21 de maio procuram-se respostas na Conferência Internacional sobre Arte e Direitos Humanos, na Fundação Calouste Gulbenkian, com transmissão online em simultâneo.

“Há uma dispersão muito grande de conceitos e projetos. Chamamos-lhe arte socialmente comprometida, arte participativa, arte comunitária, arte política, ativismo... E esta conferência tenta congrega as pessoas que estão, no fundo, a pensar o mesmo, para que possam partilhar as suas investigações e conclusões”, explica Susana C. Gaspar. Na última década, com especial vigor nos últimos cinco anos, novos estudos e relatórios de projetos têm evidenciado a importância das várias formas de expressão artística na defesa dos Direitos Humanos. Os movimentos civis Occupy e da Primavera Árabe, a partir de 2011, evidenciaram a crescente importância da arte ativista. E a área tem conquistado espaço na academia. “No espaço de dois anos, no ensino superior, surgiram dois mestrados, um em Nova Iorque e um em Viena, de Arte e Direitos Humanos.”

Sendo uma conferência de cunho académico, os dois dias de discussão na Gulbenkian vão receber, sobretudo, investigadores. Quatro oradores principais: Karima Bennoune, Relatora Especial das Nações Unidas para os Direitos Culturais; Daniel Gad, da Universidade de Hildesheim, representante da UNESCO no campo das políticas culturais; Manfred Nowak, advogado de Direitos Humanos e antigo Relator Especial das Nações Unidas sobre a Tortura, entre 2004 e 2010; e Gregory Sholette, artista, ativista e professor – “um dos maiores teóricos sobre Arte e Ativismo”, contextualiza Susana C. Gaspar.

Ao longo de cinco painéis e 18 comunicações, com oradores selecionados após uma chamada de trabalhos pública, estarão em discussão, entre outros temas, as relações entre a Memória Coletiva e os Direitos Humanos, a Arte e a Educação, a Arte e a Cidadania, os Direitos Humanos na Arte Contemporânea, a discriminação e a

limitação de Direitos Humanos. Mas depois de um número surpreendente de pessoas terem respondido à chamada de trabalhos, os organizadores estão a planear uma extensão da conferência – mais informal, online, em data a anunciar – para que outros artistas possam apresentar os resultados de alguns projetos que ficaram de fora dos painéis. É o caso de Tom Block, produtor do The International Human Rights Art Festival, que acontece anualmente, desde 2010, em Nova Iorque, sob os auspícios da Amnistia Internacional.



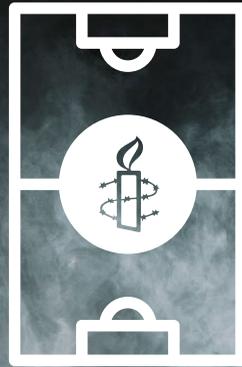
“Um artista a passar fome é um sinal de alerta”.

“Em Portugal, no pós-25 de Abril, houve um crescimento muito grande da arte comunitária, da arte participativa, da arte política.” Vinha com algum atraso em relação ao panorama internacional. “Mas no enquadramento dos Direitos Humanos, não há muita gente a pensar sobre isso. Pensa-se

dentro de nichos artísticos, dentro do teatro, do cinema ou da música.” Susana C. Gaspar sentia falta de uma visão global, de pensar como funciona e é produzida toda a arte – independentemente do formato em que é expressada – que pretende defender a dignidade humana e faz do artista um defensor ativo dos Direitos Humanos. “Arte que cria uma noção de artista-cidadão muito forte”, acrescenta.

A atual pandemia veio adiar e, em muitos casos, cancelar, essa produção artística que é também uma ferramenta de debate e de intervenção política. Com consequências nas nossas democracias, diz Susana C. Gaspar. “O bom funcionamento de uma democracia depende da boa saúde da cultura. Precisamos que a cultura esteja funcional, ativa, ágil nas ruas e nos espaços institucionais para que a democracia funcione.” E é difícil prever que setor cultural subsistirá quando a pandemia estiver sob controlo. “Os artistas estão numa posição de muita precariedade. A grande maioria não tem contratos de trabalho, logo há uma desproteção muito grande. Tivemos, desde os primeiros meses de confinamento, artistas a passarem fome. Um artista a passar fome no nosso país é um grande sinal de alerta.” As medidas implementadas pelo Ministério da Cultura não corrigem problemas estruturais do setor em Portugal, que não desaparecerão quando o país reabrir.

Mas, por outro lado, Susana C. Gaspar acredita que a pandemia possa ser uma alavanca para o movimento cooperativo de artistas em torno da defesa do acesso e da democracia cultural no país. “Acredito que os movimentos se tornem mais sérios, que as exigências sejam feitas e que os próximos anos sejam de um grande rigor cultural e de produção artística. Porque, depois disto, todos nós vamos querer viver de outra maneira.”



EU JOGO PELOS DIREITOS HUMANOS

#EUJOGOPELOSDIREITOSHUMANOS

www.amnistia.pt/desporto

Por ser inclusivo, multicultural e influente, o desporto deve ser aproveitado para a promoção da igualdade, justiça e respeito pelo outro.

Foi este o mote do projeto “Eu Jogo Pelos Direitos Humanos”, da Amnistia Internacional – Portugal, que pretende colocar na agenda, de forma aberta e positiva, uma reflexão com origem nos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

FUTEBOL COMO PORTA DE ENTRADA

A escolha do futebol como primeira modalidade torna-se evidente, se considerarmos o relatório de Análise da Violência associada ao Desporto (RAViD), elaborado pela Polícia de Segurança Pública e Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto, que afirma, de forma assertiva, que dos 1719 incidentes em espetáculos desportivos a época passada, 1577 foram no futebol, sendo que 912 foram cometidos na principal liga de futebol em Portugal.

Ana Ribeiro não se esconde nas palavras e assume que o futebol é a melhor plataforma pelas melhores e pelas piores razões: “decidimos implementar o projeto numa primeira fase no Futebol, pois é nesta modalidade que se verifica a maior percentagem de ocorrências e esta é, também, uma modalidade que atrai a atenção da população portuguesa no geral, tendo grande repercussão nos media, que transmite o melhor e o pior que esta modalidade tem, influenciando quem acompanha o desporto”.

A INFLUÊNCIA DA COVID-19 NO PROJETO

Planeado para surgir em força durante a corrente época desportiva, o projeto da Amnistia Internacional tem sido forçado a procurar outras vias, outras formas, de chegar ao grande público e, também, aos jovens jogadores.

Por via da certificação de Entidade Formadora, muitos dos clubes têm incluído nas suas formações anuais obrigatórias a discussão sobre os Direitos Humanos, partindo do vídeo, que se tornou viral pelos melhores motivos, do selecionador nacional, Fernando Santos.

Esta disponibilidade online tem sido aproveitada, mesmo que com menos impacto do que se fosse presencial. Nada que abale, contudo, Ana Ribeiro.



©Futebol Clube Paços de Ferreira

“A situação atual que vivemos tem limitado bastante a nossa intervenção, havendo necessidade de contornar alguns obstáculos e recriar algumas atividades. É necessário ir ao encontro dos adeptos que estão em casa, e de “falar à distância” quando este é um tema que merece e necessita ser debatido “olhos nos olhos”. O impacto seria sempre diferente. No entanto, os resultados têm demonstrado um grande interesse e curiosidade por parte do público, dos parceiros e de outras entidades que nos dirigem solicitações diversas.”, explica.

O QUE SE PRETENDE FAZER

Até ao final da época, Ana Ribeiro assume que existem várias medidas pensadas que, se tudo correr bem, poderão ser o catalisador para que o projeto alcance ainda uma maior projeção mediática e, sobretudo, permita uma maior discussão, positiva, sobre o tema. “Queremos organizar, se a situação atual nos permitir e tendo em conta as medidas exigidas pela DGS, dois

eventos desportivos de forma a promover o nosso 11 Titular e os Direitos Humanos e, também, após o debate feito com todos os parceiros, analisar a nossa intervenção conjunta, apresentar os resultados do inquérito de perceção e projetar ações futuras”, conclui a responsável.

PÊPA E O RESPEITO NO CAMPO

O treinador do Paços Ferreira, Pêpa, assume que o tema do racismo é relevante na modalidade, mas prefere dividi-lo em dois momentos distintos, ainda que os considere graves em ambas as formas: “o primeiro, para mim menos grave, é o vivido fora do campo. Nas bancadas. Desde miúdo que convivi com os insultos, porque ou me chamavam preto ou porque diziam que eu, como era mais alto e mais forte, era mais velho, com bilhete de identidade falso.

Podem parecer estranho, mas sempre vivi bem com isso. Sempre me deu mais força. A minha mãe estava na bancada e



EU JOGO
PELOS
DIREITOS
HUMANOS



Ana Ribeiro

Para a coordenadora do projeto, Ana Ribeiro, o motivo para avançar com uma iniciativa desta envergadura e coragem, é lógico, mesmo podendo ser considerado fraturante, num mundo em que todos falam de tudo, em todo o lado:

“Considerámos haver clara necessidade de abordar o tema dos Direitos Humanos em contexto desportivo e de intervir de forma mais direta, pois, de acordo com análises estatísticas dos incidentes e sanções ocorridas no desporto, verificamos um grande número de ocorrências de violência, de ameaças e agressões a agentes desportivos, tráfico de seres humanos, entre outras violações aos Direitos Humanos”.

#EUJOGOPELOSDIREITOSHUMANOS

tinha de se aguentar, porque eu como atleta não vou dar importância ao que uma ou duas pessoas ignorantes estão a dizer. É grave? É. Não devia existir? Não. Incomoda-me? Nada. Depois, o segundo momento, esse sim, mais grave, é o que se passa no campo. Um adversário, que é colega de profissão, chamar preto a outro, ou insultá-lo devido à sua religião, ou por qualquer outro motivo? Isso incomoda-me e revolta-me, porque se nós não nos respeitarmos, quem o fará? Se não dermos o exemplo, quem o fará? Se não mostrarmos aos mais novos que queremos ganhar, mas que não pode ser a todo o custo, quem o fará?”.

É por esta “educação” que Pêpa assume a importância de projetos como o “Jogo pelos Direitos Humanos” da Amnistia Internacional. Porque

dentro daquilo que é um desporto democrático, do povo, é importante “passar os valores certos às novas gerações. Que eles percebam que a educação e o respeito são a base para que o futebol seja melhor tanto dentro como fora das quatro linhas. Porque se o respeitarmos, todos os adeptos também o irão fazer. É nisso que acredito”.

LUÍS NETO E A EXPERIÊNCIA NO ZENIT

Luís Neto é um internacional português que joga no Sporting e que fez parte da sua carreira no estrangeiro, nomeadamente no Zenit de São Petersburgo. Na Rússia vivenciou um caso que não esquece, de xenofobia sentida na pele por um colega de equipa, o também conhecido dos portugueses, o brasileiro Hulk.

“Vivi um caso de racismo quando os adeptos adversários começaram a insultar o Hulk, que era meu colega de equipa na altura. Senti uma grande revolta e procurei dar-lhe todo o meu apoio, porque é algo que não deve acontecer e as punições têm de ser severas”, explica.

Assumindo que o futebol é um “jogo de paixões” e que, por vezes, elas são “exacerbadas” pelos adeptos, Luís Neto valoriza a campanha iniciada “pela Amnistia Internacional” na defesa dos “melhores valores e ideais” e define de forma assertiva a sua disponibilidade para ajudar: “A mensagem que gostaria de passar é que o futebol pode ser sempre melhor e campanhas como esta são muito importantes, pois dão-nos a consciência da responsabilidade que temos para, através do exemplo, deixarmos um legado importante no comportamento e nas boas práticas das gerações futuras”.

OS ÚNICOS QUE NÃO TÊM ADEPTOS

No mundo do futebol, até o pior clube tem adeptos. O que perde domingo após domingo. No entanto, há quem não tenha essa sorte. Pior, que seja sempre culpado pelo resultado negativo de uma ou de ambas as equipas. E esses são os árbitros. Quem vai ao estádio ouve assobios quando os árbitros entram em campo e, logo aí, está dado o mote. Como é que é ser árbitro e conviver com esta situação? Sandra Bastos e Artur Soares Dias respondem na primeira pessoa.





“Já senti discriminação, mas foi logo no início da minha carreira. Foi algo que usei para me tornar mais forte e mostrar que o futebol não tem género, mas sim para quem tem competência; as ações e as atitudes ficam com quem as pratica”, explica Sandra Bastos, que assume também que prefere não ligar ao que se diz nas “redes sociais” e que ser árbitro é algo que a define: “Ser árbitro é um desafio, para além de ser uma paixão, mas para o ser é preciso, mais do que competência, ter carácter, coragem, paixão, equilíbrio, confiança, liderança e ser um bom gestor de emoções”.

Questionado sobre se já tinha sentido na pele a discriminação, violência ou outra violação aos Direitos Humanos, a resposta de Soares Dias não podia ser mais taxativa: **“Infelizmente já senti, por várias vezes. Está é sem dúvida a parte mais negra desta atividade. Não temos adeptos e somos sempre o elemento mais fraco e alvo das críticas, algumas justas, mas outras, a sua maioria, incorretas. Fruto da linguagem pública utilizada por vários agentes desportivos e a atitude permissiva das entidades que regulam o futebol, as massas ficam motivadas para discursos e atos violentos, verbal e fisicamente. No meu caso, por várias vezes recebi ameaças verbais e físicas”.**

No entanto, no final do dia, vence o amor pela causa, que vem do berço: “Iniciei a carreira de árbitro pelo facto de o meu pai ter desempenhado a mesma função. O meu pai tentou influenciar-me para que não fosse árbitro, mas a pressão em campo e a elevada dificuldade da missão fez-me continuar na busca de tentar ser o melhor. A característica que define um bom árbitro é sem dúvida a sua personalidade, a sua ética e os seus comportamentos”, conclui.

O QUE MOTIVA A FUNDAÇÃO DO FUTEBOL E A LIGA

Parceira desde o primeiro dia do projeto da Amnistia Internacional, a Fundação do Futebol – Liga Portugal, através do coordenador da fundação, Luís Estrela, explica porque é que não podiam ficar de fora deste “Jogo pelos Direitos Humanos”:

“A proteção e a afirmação de valores, as grandes causas humanitárias e de Direitos Humanos deve continuar a ser um dos alicerces da Fundação do Futebol e da Liga Portugal, no contexto de futebol profissional e como exemplo e motor para os demais escalões e modalidades desportivas. Importa realçar que este é um tema e uma preocupação transversal à sociedade, o futebol como influenciador e impulsionador de massas tem a obrigação de cimentar estes valores e direitos consagrados”.

Na época passada, o “caso Marega” trouxe à baila a discussão sobre o racismo, com os insultos ao jogador a marcarem a agenda. De lá para cá o trabalho tem sido feito e, acredita o responsável, ainda está no início: “O trabalho realizado pela Liga Portugal pela Fundação do Futebol, tem incidido sobretudo em duas frentes.”

Primeiro fomentando, amplificando e, principalmente, sensibilizando para o tema de combate à discriminação racial, à intolerância, à violência e à xenofobia, com ações permanentes em estádio, em ambiente de competição.

Segundo incrementando e apresentando propostas de âmbito disciplinar de forma a tornar mais penalizante as questões que visem o desrespeito das regras base de criação de um futebol saudável, íntegro e igualitário. Inclusivamente a Liga Portugal já incluiu as nos seus regulamentos após o “caso Marega”.



© Futebol Clube Paços de Ferreira



©UNHCR/Hazim Elhag



ETIÓPIA

É URGENTE GARANTIR O ACESSO À AJUDA HUMANITÁRIA NA REGIÃO DE TIGRAY

De acordo com as Nações Unidas, mais de 2 milhões de pessoas na região de Tigray, na Etiópia, necessitam de assistência humanitária urgente. Contudo, o acesso tem sido dificultado pelas atuais restrições e pela lentidão de alguns processos que estão pendentes de decisões das autoridades do país.

A Etiópia enfrenta uma crise humanitária, resultante do conflito armado entre as forças federais e as autoridades regionais da região de Tigray, que se iniciou em novembro de 2020. Desde então, a ajuda humanitária não tem conseguido chegar às vítimas com a urgência que a situação requiere.

Apesar de existirem provas de massacres, bombardeamentos indiscriminados, execuções extrajudiciais, pilhagens e violência sexual, a verdade é que ainda é desconhecido o verdadeiro impacto do conflito, devido ao acesso restrito à região e aos bloqueios de internet e telefone.

As autoridades etíopes devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para cumprir a promessa de permitirem o acesso humanitário à região. Há milhares de vidas que dependem dessa ação.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao-tigray

©DR



GUATEMALA

LIBERDADE PARA BERNARDO CAAL XOL

Bernardo Caal Xol é um líder indígena da comunidade Q'eqchi' Maya, um defensor de direitos humanos e um prisioneiro de consciência.

Desde 2015 que defende os direitos das comunidades de Santa María Cahabón, por terem sido afetadas pela construção de uma central hidroelétrica junto de dois rios na região onde habitam, em Alta Verapaz, na Guatemala. Apresentou várias ações legais contra o projeto e, em 2017, um tribunal superior reconheceu que o direito das comunidades a uma consulta livre, prévia e informada tinha sido violado.

Contudo, Bernardo foi acusado de vários atos de violência contra trabalhadores da empresa responsável pela central. Em 2018, foi condenado a sete anos e quatro meses de prisão, num julgamento injusto, onde não existiram provas de que tenha cometido os crimes de que foi considerado culpado: detenção ilegal e roubo.

Infelizmente, na Guatemala, as autoridades recorrem ao sistema judicial para silenciar e criminalizar defensores de direitos humanos, e o caso de Bernardo não é exceção. Queremos a sua libertação imediata e proteção. Afinal, proteger pessoas como Bernardo significa proteger o nosso futuro.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao-bernardo-call-xol



EUA

CHEGOU O MOMENTO DE ENCERRAR GUANTÁNAMO

Dezanove anos depois das primeiras detenções, a prisão militar na Baía de Guantánamo continua a ser um símbolo de profundas violações de direitos humanos.

Atualmente, o centro de detenção em Guantánamo tem 40 detidos por tempo indeterminado, todos muçulmanos, a maioria sem qualquer tipo de acusação e dos quais muitos foram torturados pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA). Nenhum teve direito a um julgamento justo. Além disso, as condições relativas ao tratamento e encarceramento em Guantánamo representam claras e inequívocas violações de direitos humanos, às quais a administração Biden deve colocar um fim.

Em 2009, o então vice-presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou: “Vamos defender os direitos daqueles que trazemos à justiça. E vamos fechar o centro de detenção na Baía de Guantánamo.”

Chegou o momento de cumprir a sua promessa. É altura de encerrar este centro de detenção e garantir as transferências já autorizadas para países que respeitem os direitos humanos.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao-guantanamo



RÚSSIA

ALEKSEI NAVALNY DEVE SER LIBERTADO IMEDIATAMENTE

Aleksei Navalny é um conhecido crítico do governo de Vladimir Putin e as suas investigações sobre a alegada corrupção na Rússia são vistas por milhares de pessoas na internet. Contudo, como tantos outros na Rússia, foi várias vezes detido arbitrariamente e privado da sua liberdade por exercer pacificamente o seu direito à liberdade de expressão.

Mas, no dia 17 de janeiro, tudo mudou. Após receber tratamento médico em Berlim, na sequência de uma alegada tentativa de envenenamento, foi detido imediatamente assim que aterrou em solo russo. Dias depois, um tribunal ordenou a sua prisão preventiva até que fosse julgado por “múltiplas violações dos termos da sua liberdade condicional”, relacionada com um caso anterior em que foi condenado. Semanas após essa decisão, já em fevereiro, um outro tribunal condenou-o a dois anos e oito meses de prisão, numa condenação politicamente motivada.

As autoridades russas parecem ter intenções de prender qualquer pessoa que fale sobre os seus abusos e a repressão aos direitos humanos. Mas não ficaremos em silêncio. Navalny deve ser libertado imediatamente.

VAMOS APELAR

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao-aleksei-navalny

Direitos Humanos-um conceito em “constante devir”?

Por ocasião do 60º aniversário da criação da Amnistia Internacional e dos 40 anos da sua atividade em Portugal, torna-se pertinente assinalar o seu trabalho em prol dos direitos humanos e, simultaneamente, refletir sobre o próprio conceito de Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos, tal como os entendemos atualmente, têm a sua origem no rescaldo da Segunda Grande Guerra Mundial, momento histórico esse em que se arvorou uma janela de oportunidade política e jurídica, no sentido de consagrar, sob a forma de instrumentos jurídicos internacionais uma construção conceptual e sistémica de proteção do ser humano.

É com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, que a expressão “direitos humanos” assume relevo jurídico internacional e é também no seu seio que a Carta Internacional de Direitos Humanos ganha forma, assente na tríade: Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966. Segundo a ONU, os direitos humanos são “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”.

A universalidade dos direitos humanos significa que estes pertencem a todos e a cada um dos seres humanos, pelo facto de o serem. Os direitos humanos são inerentes à condição humana e são pertença de cada ser humano, individualmente, e de todos, enquanto sociedade.



Carla Marcelino Gomes

Diretora de Projetos e
Investigadora - Centro de Direitos
Humanos/Ius Gentium Conimbrigae.

“A universalidade dos direitos humanos significa que estes pertencem a todos e a cada um dos seres humanos, pelo facto de o serem. Os direitos humanos são inerentes à condição humana e são pertença de cada ser humano, individualmente, e de todos, enquanto sociedade.”

Os direitos humanos podem ser categorizados de várias formas, sendo de salientar, por exemplo, a teoria geracional proposta por Karel Vasak, na década de 70 do século passado, segundo a qual há uma primeira geração de direitos humanos, os direitos civis e políticos, que assenta na ideia de liberdade e remonta aos finais do século XVIII e ao século XIX, com particular ênfase nas

ideias propaladas pelos movimentos revolucionários francês e americano, por sua vez, também inspirados pelas lutas britânicas contra o absolutismo monárquico.

A segunda geração de direitos humanos reporta-se aos direitos económicos, sociais e culturais, assenta na ideia de igualdade e remonta à primeira metade do século XX, no pós-Primeira Grande Guerra Mundial, com especial destaque para o contributo da Constituição de Weimar (1919). Os direitos humanos de terceira geração referem-se aos direitos de solidariedade (autodeterminação, paz, desenvolvimento, etc), assentam num ideal de fraternidade e remontam à década de 60 do século passado. A evolução dos tempos tem vindo a reivindicar novos direitos humanos, pelo que há já quem defenda a existência de novas gerações de direitos humanos que incluam direitos como o direito à internet, à espiritualidade e até à solidão. Contudo, esta e outras classificações de direitos humanos são propostas de categorização doutrinal e não contendem com o facto de que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes entre si.

Em conclusão, a densificação do conceito de direitos humanos conforma reivindicações permeáveis aos desígnios da evolução histórica, dos combates sociais empreendidos pelas pessoas e pelas organizações. Portanto, não é um conceito estanque, antes, está sujeito a uma espécie de “constante devir”, parafraseando Heráclito de Éfeso, mas, terá de ser um “devir” em constante proteção da dignidade humana.

Esperança.

Vivemos nesta altura uma pandemia. Não imaginávamos, há dois anos, viver uma situação destas. *Pandemia* era uma expressão ligada à História, às pestes ou ao cinema de ficção.

Tamãha crise de saúde pública afetou todas as áreas dos direitos humanos, agravando sobremaneira os abusos que muitas pessoas sofrem pelo mundo. Da habitação, à educação, da discriminação, à pobreza. Quem enfrentava problemas de direitos humanos, viu esses problemas crescer na sua vida. É isto mesmo que demonstramos no relatório anual do estado dos direitos humanos no mundo.

Outra coisa que relatamos, e que ficou marcada como fator determinante do ano 2020, é a tenacidade das pessoas em Agir. Um pouco por todo o mundo, não se desistiu. As pessoas lideraram, propuseram caminhos, exigiram responsabilização. Desde a Nigéria com o movimento “*End SARS*”, a Hong Kong pela exigência de democracia, aos EUA na luta pela equidade e contra o racismo ignorante que persiste, ao Brasil alertando para leis de desflorestação, para referir alguns países.

As pessoas mobilizaram-se, apesar das adversidades da pandemia e de líderes políticos sem escrúpulos que se aproveitaram dela para fazer crescer os seus poderes. São amplas as vitórias de direitos humanos que 2020 trouxe, com mudanças legislativas determinantes para que os direitos humanos sejam mais respeitados, com as pessoas a unirem-se e a trabalharem juntas para fazer acontecer aqueles 30 artigos da Declaração.



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“As pessoas mobilizaram-se, apesar das adversidades da pandemia e de líderes políticos sem escrúpulos que se aproveitaram dela para fazer crescer os seus poderes.”

A esperança é, por isso, uma atitude evidente. Não uma espera passiva, um talvez, mas uma esperança atuante. Na certeza.

Esperar é preparar. É aguardar um grande acontecimento em espírito ativo, que prepara esse advento de algo melhor. Os direitos humanos

são aquilo pelo qual temos de ter esperança. Cada letra, cada linha, cada frase da Declaração Universal dos Direitos Humanos fala dela, de uma ideia de mundo melhor, onde todas as pessoas tenham lugar devido para serem felizes.

Por vezes, espanto-me e pergunto-me como podem tantas pessoas que concordam e defendem os direitos humanos ser tão negativas e desiludidas. Declararem-se mais contra tudo, em vez de se manifestarem mais a favor de uma visão e de soluções que comunguem e façam cumprir esta ideia de sociedade que nos une. É um estado de espírito, uma mentalidade que deve ser difícil de se viver.

A falta de esperança pode justificar esta atitude. O cansaço também. Uma experiência de vida dura e sofrida, também.

Mas há que persistir! Ter e, sobretudo, viver a Esperança, esse modo e atitude de espera ativa que arregaaça as mangas, que trabalha, que não está quieta ou parada, mas sim já a preparar a vida. A preparar o mundo onde se vive para esse tempo e essa realidade, porque existe a certeza de que os direitos humanos são certos e o bem terá sempre a última palavra a dizer.

A esperança não é a vontade hipotética. É a certeza da ação. Não nos esqueçamos disto e, se necessário for, a revista que está a ler recordar-lhe-á sempre que as vitórias acontecem, mesmo durante as piores circunstâncias.

POR TEU LIVRE PENSAMENTO

Para João Pina, este projeto é muito mais do que ser sobre fotografia, é sobre a sua herança.

É sobre o próprio, mesmo que tenha acontecido muitos anos antes de ter nascido. O projeto centra-se num pequeno grupo de pessoas que foram presas, torturadas e condenadas a penas de muitos anos de prisão por pensarem de forma diferente daquela que era entendida pelo regime fascista que governou Portugal durante mais de 48 anos. No caso de João Pina, a grande diferença é que ambos os avós faziam parte desse pequeno grupo.

De certa forma, a história não é nova nem exclusiva dos regimes fascistas, mas tendo nascido com esta herança e percebendo que as pessoas da sua geração não estavam informadas do que tinha acontecido anos antes, chamou a si a tarefa de resgatar a memória daquelas pessoas que de outra forma morreria (algumas delas já tinham morrido). Juntamente com Rui Daniel Galiza, um jovem escritor, entrevistaram e registaram as histórias destas pessoas.

Estas fotos mostram um pequeno exemplo do que milhares de pessoas sofreram em Portugal, e infelizmente, ainda sofrem noutros países.

De certa forma, este projeto é uma homenagem do fotógrafo a todas as pessoas que lutam por aquilo que acreditam, mesmo que tenham que pagar um preço elevado por dizerem o que pensam.

Em 2007, João Pina publicou este projeto em livro, que veio a inspirar uma campanha publicitária da Amnistia Internacional, distinguida com o Leão de Ouro em 2011, no Festival Internacional de Criatividade de Cannes.

João Pina é um fotógrafo freelance nascido em 1980. Começou a trabalhar como fotógrafo profissional com dezoito anos, depois de se ter formado em Fotojornalismo no International Center of Photography e no Documentary Photography program em Nova Iorque em 2005. Os seus trabalhos já foram publicados na D Magazine, Days Japan, El País, Expresso, GEO, La Vanguardia, New York Times, New Yorker, Newsweek, Stern, Time, e Visão, entre outras publicações.



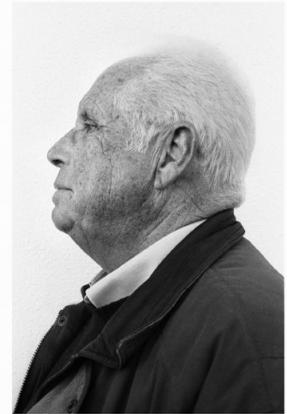
www.amnistia.pt/por-teu-livre-pensamento/

Fortaleza de Peniche que foi usada para encarcerar presos políticos até ao dia 27 de Abril de 1974.





Fotografias de registo policial de Carlos Brito.



Carlos Brito, antigo dirigente do Partido Comunista Português passou mais de 8 anos como preso político no Aljube, Caxias e Peniche. Atualmente vive em Alcoutim no Algarve.

*Fotografias de registo policial de
Albertina Diogo.*



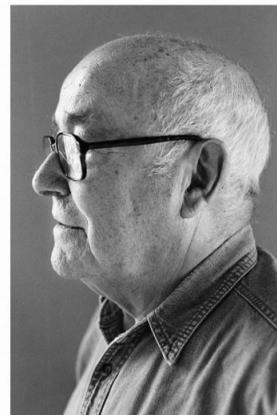
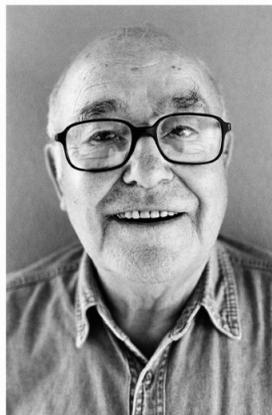
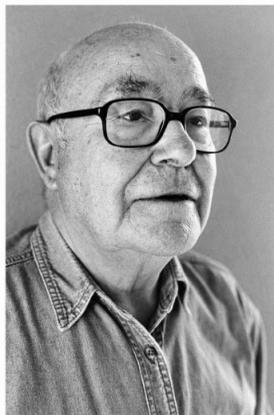
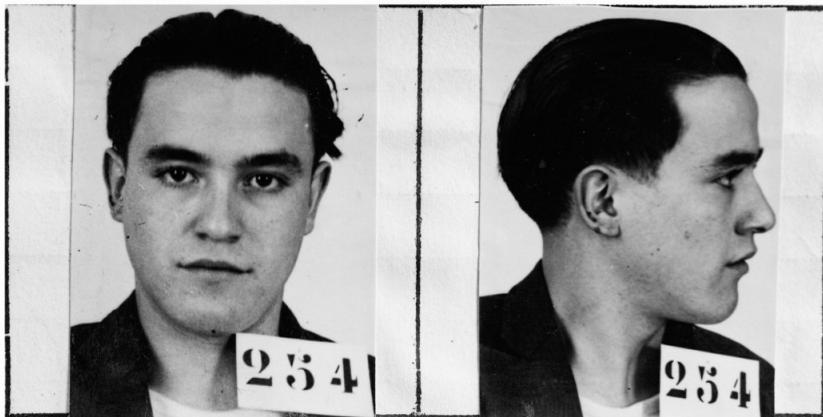
Albertina Diogo, em frente da porta antiga sede da PIDE na cidade do Porto, onde mesmo depois de passar 6 anos e 7 meses presa tinha que se apresentar todas as semanas durante a liberdade condicional. Albertina foi militante do Partido Comunista Português na clandestinidade, tendo sido a primeira mulher vítima de tortura física às mãos da PIDE.

*Fotografias de registo policial de
Luísa Sarsfield Cabral*



*Luísa Sarsfield Cabral em sua casa, em
Lisboa. Foi presa por pertencer ao
grupo dos católicos progressistas que se
opunha à guerra colonial.*

Fotografias de registo policial de Sérgio Vilarigues.



Sérgio Vilarigues, perto de sua casa em Belas, Sintra.

Sérgio Vilarigues viveu 37 anos na clandestinidade depois de ter passado mais de 5 anos no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.



GRANDE ENTREVISTA

FUNDAÇÃO MARTIN ENNALS E O APOIO A DEFENSORES/AS DE DIREITOS HUMANOS

Martin Ennals, primeiro secretário-geral da Amnistia Internacional e um *networker* do humanitarismo.

Um compromisso inabalável com a defesa dos direitos humanos, assim era Martin Ennals para quem o conheceu. Homem visionário e carismático, o seu empreendedorismo foi um elemento chave para o crescimento da Amnistia Internacional. Do seu legado, ficaram também organizações humanitárias como a Huridocs, a Article 19 ou a International Alert.

Pouco depois da sua morte, em 1992, nasceu a Fundação Martin Ennals. O seu espírito combativo mantém-se vivo através de um prémio com o seu nome que todos os anos nos relembra a importância da proteção daqueles que estão na frente de tantas lutas: os defensores dos direitos humanos. Hans Thoolen, seu amigo de longa data e mentor da Fundação, falou-nos um pouco sobre quem foi este humanitário incansável. À frente da direção da Fundação está Isabel de Sola, que nos guiou pelo trabalho que têm vindo a fazer e nos apresentou a dois dos muitos distinguidos até hoje: o jovem **Aziz Abdul Muhamat** e a veterana **Eren Keskin**.

© Charles Deluvio



ISABEL DE SOLA

Diretora da Fundação Martin Ennals

Como descreveria as histórias dos defensores de direitos humanos reconhecidos pela fundação?

Em trinta anos, reconhecemos entre 50 a 60 defensores dos direitos humanos em 25 países. A fundação tem-se tornado numa coleção de histórias de diferentes pessoas a trabalhar um pouco por todo o mundo. Há algumas histórias que sobressaem como a de Aziz Abdul Muhamat, um jovem que fugiu de Darfur e que foi intercetado pelas forças australianas para depois ser detido numa ilha na Papua-Nova Guiné. E a de Eren Keskin, uma advogada de direitos humanos na Turquia que já foi sentenciada a prisão domiciliária diversas vezes e que recentemente foi condenada a uma sentença mais dura.

Da perspetiva da Fundação Martin Ennals, quais são as principais ameaças que os defensores dos direitos humanos reportam?

Podem ser assediados, ameaçados ou difamados. As suas organizações podem ser encerradas por motivos administrativos. Podem ser seguidos, perseguidos, colocados sob escuta ou censurados. Podem ser presos ou podem ser acusados de terroristas como o caso de Loujain AlHathloul, uma jovem saudita que aos 29 anos foi presa porque queria ter o direito a conduzir. O que a levou à prisão não foi ter pedido para guiar, mas ter questionado o regime. Em retorno, ela

transformou-se numa enorme estrela internacional do movimento dos direitos humanos. Nos casos piores, vemos mortes. Ou de defensores dos direitos humanos ou de alguém que lhes é próximo. A nossa vencedora do ano passado, Huda Al-Sarari, perdeu o filho de 19 anos por causa de uma retaliação.

O Prémio Martin Ennals é visto por muitos como o Nobel dos direitos humanos. Como é que esta atenção se traduz na vida dos premiados? Que ferramentas lhes são disponibilizadas para os proteger e empoderar?

O Prémio tem vindo a transformar-se. Antes tinha duas componentes, aquela explosão de visibilidade, a atenção dos média e a receção da cerimónia. E depois um prémio financeiro, sem condições ou compromissos. Nos últimos anos, passámos a oferecer uma rede de serviços para expandir as suas bases de contactos. Levamo-los a conhecer as instâncias mais altas da diplomacia em Genebra, em Bruxelas e em Washington. Recentemente, começámos a dar formações em segurança digital e comunicação. Trabalhamos com os ativistas para melhorar as suas aptidões, desde a melhor forma de responder nas conferências de imprensa ao uso que fazem das redes sociais. Temos, também, oferecido apoio psicossocial. Chamamos-lhe de autocuidado. Muitos dos defensores de direitos humanos estão a trabalhar em condições de enorme stress, sob grandes riscos. Apesar de ficarem emocionalmente esgotados, têm de continuar e sofrem muitas vezes de burnout. E podem ter conflitos em casa ou problemas de adição.

Estamos a providenciar apoio psicossocial especializado para pessoas que trabalham em cenários de guerra e em zonas de conflito. Queremos ajudá-las a ganhar competências para gerir a sua higiene emocional.

Que mensagem gostaria de deixar para os defensores de direitos humanos e que conselho gostaria que os governos tivessem em consideração?

Para os defensores de direitos humanos, a minha mensagem é liguem-nos. Estamos aqui para vocês. Para os governos que não estão interessados em protegê-los, terão inevitavelmente de aceitar que qualquer humano irá sempre almejar a dignidade e não há nada que possam fazer para nos impedir de defender os direitos humanos.



HANS THOOLEN

Fundador da Fundação Martin Ennals

Como descreveria Martin Ennals?

Ele animava as pessoas. Não tinha medo de correr riscos. Conheci-o quando já estava a sair da Amnistia. Tivemos uma reunião em Paris e decidimos criar uma nova organização dedicada à gestão de documentação sobre direitos humanos, chamada Huridocs. Desde então, dedicou-se a criar novas organizações como a *Article 19* e a *International Alert*. Era especialmente bom a conceptualizar. Quando estávamos numa daquelas reuniões em que já ninguém se entendia, ia buscar a sua pequena máquina de escrever portátil, uma Olivetti, e na manhã seguinte recebíamos a minuta da reunião escrita de uma forma em que todos concordavam. Quando estava perto da morte, disse-me que gostaria que no seu túmulo escrevessem "Foi um *networker*".

Como surgiu a ideia de criar a fundação e o prêmio?

Quando o Martin morreu, em 1992, reunimo-nos num grupo de amigos chegados para pensar em algo que pudéssemos fazer para honrar a sua vida. Decidimos criar um prêmio para defensores de direitos humanos, apesar de todos sabermos que ele não iria gostar porque não gostava de honras. Mas, acho que se ele pudesse ver o que fizemos, ficaria feliz.

OS TESTEMUNHOS DOS DISTINGUIDOS



EREN KESKIN,

Advogada e defensora dos direitos humanos.

Finalista Prémio Martin Ennals 2019

O seu nome está profundamente enraizado na resiliência e na luta pelos direitos humanos na Turquia. Quais os principais desafios que tem enfrentado como advogada de direitos humanos?

Há trinta anos que luto pelos direitos humanos. O local geográfico onde nos encontramos tem uma ideologia oficial baseada numa síntese Turca-Islâmica. As relações familiares e sociais, a educação e o sistema legais foram, desde sempre, posicionados de acordo com esta ideologia.

Ao mesmo tempo, vivemos num local considerado “geograficamente criminoso”. Um local que viu acontecerem os crimes do genocídio

cometido contra Arménios e cristãos em 1915, o genocídio cometido contra os Curdos-Alevitas em 1938 em Dersim, os assassinatos na década de 1990 e os desaparecimentos sob custódia. Vivo e trabalho num estado que se recusa a enfrentá-los. Muitos dos meus amigos foram mortos, muitos outros estão presos e eu vivo sob a ameaça de ir para a prisão a qualquer momento.

Recentemente, foi condenada por “pertencer a uma organização armada ilegal” no julgamento do jornal Özgür Gündem. Como está a sua situação agora?

Özgür Gündem é um jornal que tem tentado partilhar as violações de direitos no Curdistão, desde 1992. Durante três anos, fui a editora-chefe simbólica. Muitos dos seus jornalistas foram mortos e o seu edifício bombardeado.

Foram movidos 143 processos contra mim. As minhas sentenças totalizam 26 anos e 2 meses de prisão e uma multa de 430 mil liras turcas (aproximadamente €48.000). Estas penas são mais uma demonstração do deplorável estado da liberdade de expressão, de imprensa e de como as políticas curdas do estado turco continuam por resolver.

Apesar das contrariedades, a sua perseverança mantém-se. Que mensagem gostaria de deixar a outros defensores dos direitos humanos que também estão a correr riscos? E que conselho gostaria que outros governos considerassem?

Se estás a lutar por uma causa em que acreditas, isso dar-te-á coragem. Acho que a nossa luta é a nossa dívida com os mortos que deixámos para trás.

A República da Turquia é signatária de muitos contratos com muitos estados europeus. Mas, não atua de acordo com o que se comprometeu. Espero que outros estados signatários, um dia ajustem as suas estratégias de acordo com os princípios dos direitos humanos e não do interesse mútuo.



AZIZ ABDUL MUHAMAT

Ativista dos direitos dos refugiados

Quando estava no centro de detenção da ilha de Manus, conseguiu criar um canal de comunicação para as vozes de refugiados e requerentes de asilo serem ouvidas e permitiu ao exterior saber o que se estava realmente a passar. Como experienciou este caminho de autodescoberta que mostrou o valor que as suas palavras podem alcançar?

Alguns nascem privilegiados e outros têm de fazer o seu próprio privilégio. Eu tive de recorrer à segunda opção. O que me fez falar foi uma decisão que tomei antes de entrar naquele barco para atravessar o Oceano Índico. Tinha 18 anos, já não estava com as pessoas que me trouxeram a este mundo, que cuidaram de mim e me amaram. Disse a mim mesmo que se conseguisse, seria um herói. Não para os outros, mas para mim mesmo.

A minha imagem da Austrália era diferente. Era a de um país que me receberia com flores e um grande abraço. Mas quando cheguei, as coisas foram completamente diferentes. Dizem que os melhores anos da nossa vida são entre os 18 e os 25. Muitas pessoas da minha idade fazem muitas coisas neste período, mas eu estava em condições diferentes. Sentia que não era bem-vindo, que era visto como um criminoso e que não existia democracia. Por isso, decidi falar. E insisti até ser ouvido.

O que mudou desde que recebeu o Prémio Martin Ennals?

Estou em Genebra há dois anos e não passou um dia em que não tenha sido ativista ou feito um discurso público. Porquê? Porque tenho vivido com um sentimento de culpa por ter deixado aquelas pessoas para trás. Porque eu era alguém que estava sempre lá, à frente de tudo. Para o governo australiano, foi uma bênção ter ido embora porque já não têm alguém que vá continuar a expô-los como eu. Mas esqueceram-se que desde que vim para Genebra, consigo fazer ainda mais. E eu também sobrestimei isso. Já tive a oportunidade de apelar diretamente ao Conselho das Nações Unidas. Usei a minha visibilidade com diferentes embaixadores, diplomatas e organizações. Tenho de reconhecer que o Prémio Martin Ennals me deu a plataforma que nós, os refugiados, procurávamos para a nossa voz. Tenho ajudado a resolver muitos problemas. As 600 pessoas que deixei detidas na ilha de Manus, agora reduziram para 125.

Como Defensor de Direitos Humanos que obstáculos tem encontrado?

Os obstáculos que agora enfrento estão na Europa. A maior parte das pessoas não faz ideia do que está a acontecer. Sinto que preciso de começar a contar esta tragédia pelo início.

Nós, os refugiados, sempre fomos excluídos dos processos de decisão porque a maioria das pessoas não acredita que temos as aptidões, o conhecimento e a capacidade para contribuir para a construção de políticas. Em vez de gastarem o dinheiro de contribuintes em centros de detenção para nos aprisionarem, deviam deixar-nos contribuir. Aceitem-nos como conselheiros nas vossas mesas de decisão e façam uso da nossa experiência.



© Amnesty International / Jackson Poole



Ler as entrevistas completas em:

www.amnistia.pt/entrevista-fundacao-martin-ennals/



©Photo by Kumpan Electric on Unsplash

À LUPA

A Inteligência Artificial e os Direitos Humanos

As questões dos direitos humanos intrinsecamente ligadas à robótica, automação e Inteligência Artificial (IA) marcaram, no último ano, a agenda das Organizações Não Governamentais e, também, dos principais decisores mundiais, com particular incidência no Parlamento Europeu, que assumiu a luta pelos limites éticos e legais como uma das suas principais bandeiras.

Qual é a fronteira entre o que realmente beneficia o ser humano e aquilo que o prejudica, com o investimento em crescendo, um pouco por todo o mundo, na IA e na robótica? Existe ou não a possibilidade da perda de empregos? Existe ou não perda de privacidade? Existe ou não a possibilidade de excesso de vigilância e consequentemente uma hipotética violação dos direitos humanos?

INVESTIMENTO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

De acordo com dados avançados pela Comissão e pelo Parlamento Europeu, numa infografia publicada em outubro do ano passado, nos Estados Unidos da América, em 2016, foram investidos

em IA entre 12,1 e 18,6 mil milhões de euros. Já na Ásia, no mesmo período, o valor cifrou-se entre os 6,5 e os 9,7 mil milhões de euros e, na Europa, entre os 2,4 e os 3,2 mil milhões de euros.

Neste âmbito o Parlamento criou uma comissão especial sobre Inteligência Artificial na era digital (AIDA) para analisar o impacto desta na economia da UE. “A Europa precisa desenvolver uma IA que seja fiável, elimine preconceitos e discriminação e sirva o bem comum, garantindo que as empresas e a indústria progridam e gerem prosperidade económica”, disse, na altura, o presidente da comissão AIDA, o eurodeputado romeno Dragoș Tudorache.

A QUESTÃO DO EMPREGO

Em abril de 2018, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) projetou que cerca de 66 milhões de empregos estavam em risco devido à automação, o que significava um em cada sete nos 32 países incluídos no estudo. Os jovens e a mão de obra precária seriam as principais vítimas do processo evolutivo da aposta em IA e na robótica.

Estes números, contudo, num estudo apresentado pela mesma OCDE em 2015 alcançavam uma expressão crescente em países de menor desenvolvimento, estimando que, por exemplo, na Etiópia 85% da população trabalhadora possa perder os seus empregos até 2030, na Tailândia o equivalente a 72%, na Índia 69% e na Argentina cerca de 62%.

Ter um emprego e um salário digno é um direito humano, não só para a sua sobrevivência, mas também para a sua dignidade. No entanto, não é apenas o direito ao trabalho que está em causa, é também aos direitos no trabalho, que

têm vindo a ser ameaçados pelo uso de tecnologia invasiva, que permitem, por exemplo, rastrear os trabalhadores no seu local de trabalho, controlando os seus percursos, os tempos de pausa e, inclusivamente, o que fazem nesses momentos.

A DEFESA DA ROBÓTICA

Nuno Mineiro, CEO da Roboplan, uma empresa especialista em robótica e automação industrial, defende que a robótica, pelo contrário, aplicada à indústria “é um criador líquido de emprego”, principalmente porque com a automatização do trabalho que geralmente “ninguém quer” por ser de “baixo valor e repetitivo”, é necessário contratar “mais gente” para a “preparação do trabalho do robot e, sobretudo, para o depois do trabalho feito”.

“Um pouco por todo o mundo existe falta de mão de obra em alguns setores. É normal que assim seja, porque é repetitivo, porque em termos de saúde é prejudicial e, também, porque é de baixo valor. Esse tem sido o principal foco da robotização, criando dessa

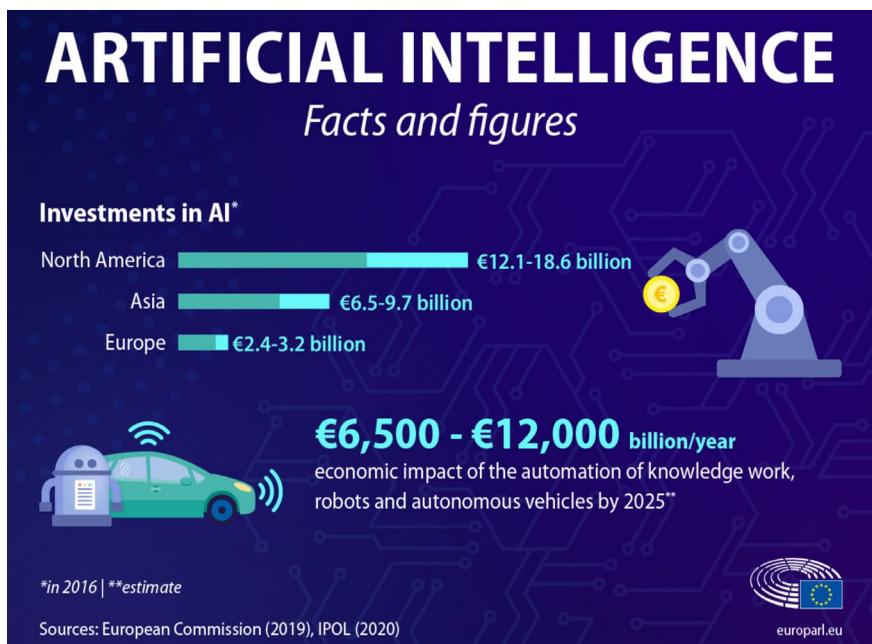
forma vantagens, aumentando a produção e diminuindo os seus custos”.

AS TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA

Noutro sentido, a Amnistia Internacional tem apresentado, ao longo do último ano, diversos relatórios que mostram o aproveitamento de alguns países da tecnologia e da IA para controlar de forma mais eficaz e intrusiva os seus cidadãos. Em abril de 2020, com a COVID-19 em força, Rasha Abdul Rahim, diretora-adjunta da Amnesty Tech foi assertiva: “O aumento da vigilância digital para enfrentar esta emergência de saúde pública só pode ser usado se certas condições restritas forem tidas em conta. As autoridades não podem simplesmente desconsiderar o direito à privacidade e devem garantir que as novas medidas têm salvaguardas robustas de direitos humanos”.

Já em setembro, uma nova investigação da Amnistia descobriu que “três empresas com sede em França, Suécia e Países Baixos venderam sistemas, por exemplo, de tecnologia de reconhecimento facial e câmaras, para os principais intervenientes do aparelho de vigilância em massa chinês. Em alguns casos, os dispositivos exportados seguiam diretamente para uso em programas indiscriminados de vigilância em massa, com o risco de serem utilizados contra uigures e outros grupos étnicos predominantemente muçulmanos em todo o país”.

“A indústria de vigilância biométrica da Europa está fora de controlo. Este anúncio de vendas para agências de segurança chinesas e instituições de investigação que as apoiam é apenas a ponta do icebergue de uma indústria multimilionária que está a florescer, vendendo os seus produtos a quem viola os direitos humanos”, alerta Merel Koning, especialista em Políticas, Tecnologia e Direitos Humanos da Amnistia Internacional.





©DR

“Stansted 15” - o grupo que ficará na História

Os ativistas, conhecidos como os “Stansted 15”, que tentaram impedir pacificamente a deportação de 60 pessoas, no Aeroporto de Stansted, em 2017, foram absolvidos de todas as acusações relacionadas com crimes de invasão e terrorismo, por um tribunal superior do Reino Unido. Através de ações diretas e não violentas, conseguiram impedir a partida de

um avião e a deportação de 60 pessoas para o Gana e Nigéria. Algumas destas pessoas já receberam autorização para permanecer no país. Este caso segue um padrão verificado em toda a Europa, de defensores de direitos humanos perseguidos e criminalizados. Continuaremos a trabalhar para que todos tenham um desfecho semelhante.

Loujain al-Hathloul finalmente em liberdade

Quase três anos depois de ter sido presa, a defensora de direitos humanos saudita regressou finalmente a casa. Recordamos que Loujain al-Hathloul foi posta atrás das grades por defender os direitos das mulheres e o fim do sistema de tutela masculina na Arábia Saudita. Na prisão, foi torturada, assediada sexualmente e mantida em confinamento solitário. Para a sua libertação contribuiu a ação de milhares de pessoas de todo o mundo, inclusive de Portugal.



©DR

©Amnesty Slovakia



Jornalista argelino Khaled Drareni em liberdade condicional

Durante o mês de fevereiro, foram libertadas pelo menos 37 pessoas que tinham sido injustamente presas na Argélia. Entre ativistas, manifestantes e jornalistas libertados, estava Khaled Drareni, condenado a dois anos de prisão pela cobertura mediática que fez ao movimento Hirak (que exige “uma mudança completa no sistema político” argelino).

O caso de Khaled Drareni foi um dos destacados na última edição da revista AGIR e a Amnistia Internacional continuará a acompanhar o seu caso, até que todas as acusações sejam retiradas.

©Amnesty International / Leo Cackett

Proibidas as execuções de pessoas com deficiência mental no Paquistão

A decisão de um tribunal superior no Paquistão de comutar a condenação à pena de morte de dois prisioneiros com incapacidades psicossociais (mentais) é um desenvolvimento crucial não só

para a abolição da pena de morte, mas também para a saúde mental. A decisão pode agora ser utilizada como precedente para futuras situações semelhantes.



©Amnesty International



José Adrián receberá as reparações a que tem direito

Em janeiro, as autoridades mexicanas aprovaram oficialmente as reparações a que o jovem mexicano José Adrián tem direito, após os traumáticos eventos de 2016. Nesse ano, quando regressava a casa depois da escola, foi surpreendido no caminho pelo rescaldo do confronto de um grupo que tinha vandalizado um carro da

polícia. Na altura, com 14 anos, foi detido e violentamente agredido pelas autoridades, apesar de não ter qualquer relação com o incidente. José Adrián foi um dos casos da Maratona de Cartas de 2019, tendo sido enviadas mais de 20.000 assinaturas de Portugal em sua defesa.

Foi libertado o ativista tibetano Tashi Wangchuk

Tudo o que Tashi Wangchuk deseja é que as crianças tibetanas possam aprender a sua língua nativa nas escolas chinesas, a par com o mandarim que lhes é ensinado. Contudo, esse desejo foi transformado em acusação pelas autoridades

chinesas e, na sequência de um julgamento injusto em 2018, foi condenado a 5 anos de prisão por "incitar ao separatismo". Está finalmente em liberdade.



©DR



GPS

A liberdade de imprensa no mundo

Celebra-se a 3 de Maio o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Esta data, que se comemora desde 1994, foi criada por decisão da Assembleia Geral Nações Unidas, e marca o dia da Declaração de Windhoek, uma afirmação de princípios sobre esta temática, levada a cabo por jornalistas africanos junto da UNESCO, em 1991. Pretende ainda relembrar o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que:

“Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

©Matt Chesin - Unsplash

A liberdade de imprensa consiste fundamentalmente no direito a informar e a ser informado, através de meios de comunicação de massas (normalmente na forma de notícia), sem interferência do estado. A propósito disto, António Guterres, secretário-geral da ONU, declarou no seu discurso em 2019, que “uma imprensa livre é essencial para a paz, a justiça, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos” e que “nenhuma democracia está completa sem o acesso a informações transparentes e de confiança. Esta é a base que permite construir instituições justas e imparciais, ao responsabilizar os líderes e ao afirmar a verdade a quem está no poder.”

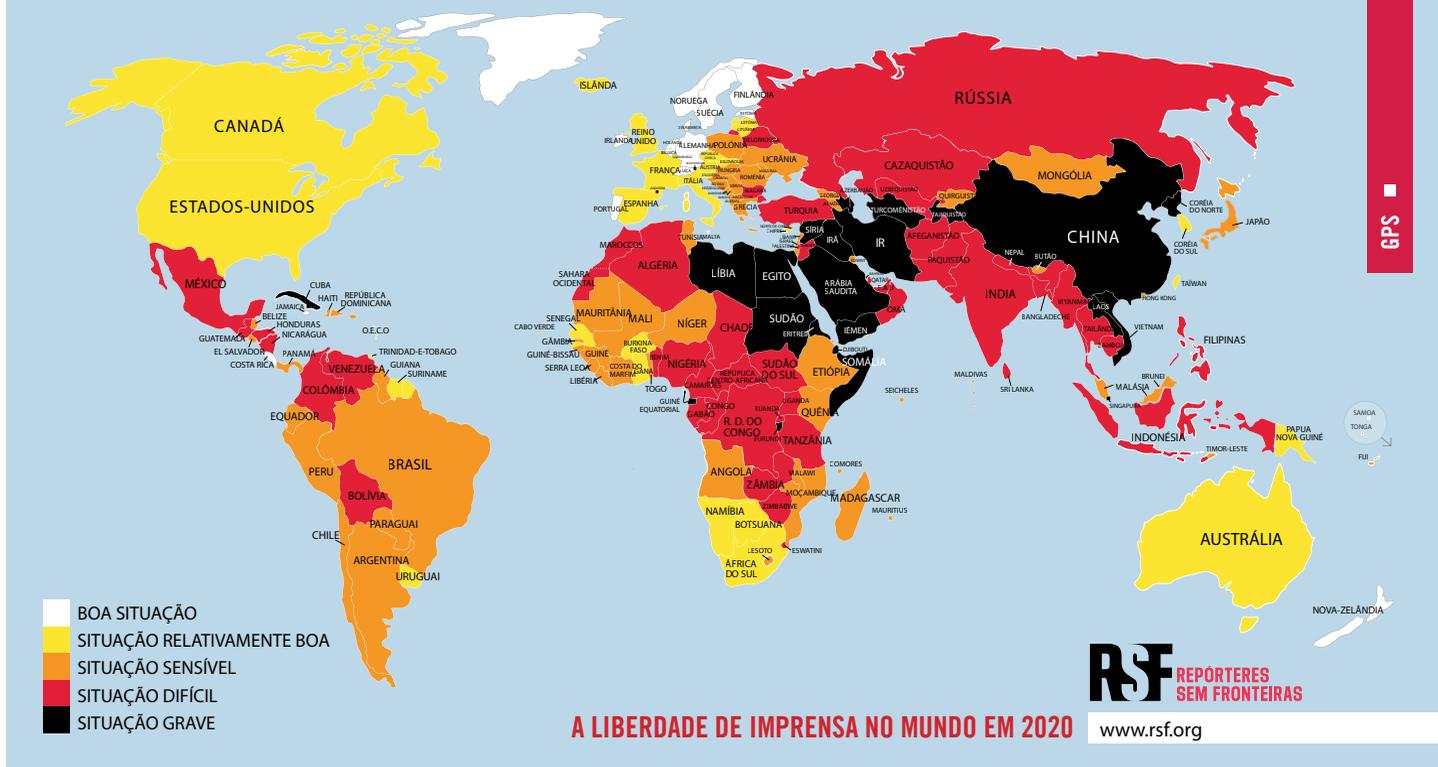
Foi para denunciar situações de ameaça aos jornalistas e à liberdade de informar, para dar a conhecer o estado em que se encontra a liberdade de

imprensa no mundo, que a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) começou a produzir em 2002 um relatório anual. Este índice classifica 180 países e mede o “pluralismo, independência dos media, qualidade do quadro legislativo e o nível de segurança dos jornalistas em cada país e região”, não sendo, no entanto, um indicador da qualidade do jornalismo.

De acordo com este relatório, os 5 países que melhor se qualificaram em 2020 foram nórdicos, curiosamente conhecidos pelas menores taxas de corrupção no mundo. São eles a Noruega, Finlândia, Dinamarca, a Suécia e os Países Baixos. Os que se encontram no fundo da tabela são o Djibuti, a China, a Eritreia, o Turquemenistão, e a Coreia do Norte, regimes em que a democracia é inexistente ou plena.

UMA PANORÂMICA POR REGIÕES

Se analisarmos região a região, a Europa, “continua a ser o continente mais favorável à liberdade de imprensa, apesar de políticas opressivas nalguns países. Seguem-se as Américas do Norte, Central e do Sul, ainda que os pesos pesados regionais - o Brasil e os Estados Unidos- se estejam a tornar modelos de hostilidade para com os media. África, que se encontra em terceiro lugar, também sofreu grandes reveses, sobretudo nas formas de detenções arbitrárias prolongadas e ataques cibernéticos. A região da Ásia-Pacífico foi a que viu o maior aumento de violações à liberdade de imprensa (aumentaram 1.7%). A Austrália era o modelo regional, mas é agora caracterizada por ameaças à confidencialidade das fontes e ao jornalismo de investigação. Dois outros



países também tiveram contribuições significantes para o aumento do resultado de violações à liberdade de imprensa na região. Um deles foi Singapura (no 158º lugar), que caiu sete lugares, em grande parte graças à sua “lei das fake news” Orweliana, e se juntou aos países de situação muito grave. A outra foi Hong Kong, que também caiu sete lugares devido ao tratamento dado aos jornalistas durante as demonstrações pró-democracia. A Europa de Leste/Região da Ásia Central, sem surpresa, manteve o antepenúltimo lugar no ranking regional, posição em que tem estado há anos, enquanto o Médio Oriente e o Norte de África continuam a ser as regiões mundiais mais perigosas para os jornalistas. As detenções recentes do correspondente dos Repórteres Sem Fronteiras na Argélia mostraram como as autoridades nalguns países tiraram vantagem da pandemia de Covid-19 para acertar contas com os jornalistas independentes.”

O CASO PORTUGUÊS

Segundo este mesmo relatório, Portugal encontra-se em 10º na tabela (subindo

dois lugares no ranking) e é descrito como um país no qual o “ambiente de reportagem é relativamente calmo”, apesar dos jornalistas serem “mal pagos e a insegurança no emprego estar a aumentar”. De facto, o nosso país é uma democracia estável desde a revolução de 1974, e a “liberdade de expressão e informação” e a “liberdade de imprensa e meios de comunicação social” estão previstos na constituição (artigo 37º e 38º respetivamente). Também a lei de imprensa (nº 2/99-cap. I) procura garantir os direitos dos jornalistas no exercício da sua missão. No entanto, a “criminalização da difamação e do insulto”, a “violência dos maiores clubes de futebol relativamente aos media” quando estes investigam “práticas questionáveis” e a prisão de Rui Pinto sem data para julgamento, são apontadas como os maiores problemas do jornalismo português. O recente caso de dois jornalistas que terão sido vigiados pela PSP a mando de uma procuradora do DIAP de Lisboa, sem que tenha sido emitida uma ordem judicial, tem sido alvo do escrutínio dos media nacionais e mereceu ainda destaque no site do Committee to Protect Journalists.

Para Sofia Branco, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, esta “é uma boa notícia. Não temos, felizmente, graves problemas relacionados com a liberdade de imprensa.” As principais ameaças encontradas são “a precariedade laboral e a degradação das condições de trabalho - que ameaçam a existência de um jornalismo livre e independente”. Outro dos perigos “é a tendência crescente para desvalorização, e até ridicularização, do trabalho dos jornalistas, que faz parte de uma estratégia concertada de desinformação. Acresce que as grandes plataformas digitais estão a viver à conta do jornalismo - roubando o conteúdo produzido por este e divulgando-o sem pagarem um tostão pelo custo de produção. A atual fragilidade do setor da comunicação social - cujo modelo de negócio enfrenta há décadas problemas de sustentabilidade - deve importar a todos os cidadãos que privilegiam uma informação rigorosa, verificada e credível. É urgente debatermos a questão do financiamento, inclusivamente através do Estado, do serviço público de informar.” A solução é “mais e melhor jornalismo”.

Passo a passo

Tempos muito difíceis, estes que nos foram dados a viver. Como outros também foram para outros seres humanos, noutras épocas e contextos. É assim a História cujo progresso já sabemos que não é linear, mas apenas uma ideia reguladora. Como as ondas do mar, com várias marés, que vão e voltam, mas sempre a querer alcançar a praia. Assim como o eixo do mundo, que não para. Também a nossa organização, Amnistia Internacional, continua em movimento, em estado de alerta, denunciando e agindo, propondo soluções e alternativas, modos de solidariedade ativa.

Já em maio, entre os dias 21 e 23, teremos o Fórum Regional Europeu em que participarão o nosso diretor-executivo, Pedro A. Neto, a Presidente da Direção, Patrícia Filipe e também a vogal da direção, Cláudia Ferreira. Neste encontro será dada particular atenção à nova Estratégia Global do movimento, uma vez que, em virtude da pandemia, foi adiada a sua aprovação para a Assembleia Global a realizar em 2021. Tendo em conta as linhas gerais da nova Estratégia (2021/2028), nomeadamente o reforço da liberdade de expressão e de associação e as questões da desigualdade e da discriminação, também a Amnistia Internacional Portugal se vai dedicar à elaboração do seu novo Plano Estratégico. Para tal, iremos consultar todos os membros, da equipa executiva e de todas as estruturas. Toda a colaboração e todas as sugestões são bem-vindas!

Março foi um mês de muito trabalho, no dia 13 teve lugar o nosso Conselho Geral onde foram apresentados e discutidos os Relatórios de Atividades e de Gestão Financeira referentes ao ano 2020 e, no dia 27, em Assembleia Geral, foram aprovados pelos membros. Na mesma Assembleia teriam lugar as eleições para os vários Órgãos Sociais, mas foi necessário adiar de novo, para o dia 8 de maio, por razões decorrentes da situação de pandemia. Apesar das condições adversas, confiamos na participação de todos/as!



Março foi, também, um mês de reforço da nossa inspiração e da nossa motivação com entrada em funções da nova secretária-geral do movimento, Agnès Callamard. Com a sua vasta experiência em Direitos Humanos ela será, com toda a certeza, a voz aglutinadora da mensagem de esperança que o nosso movimento transmite e será capaz de nos envolver mais na defesa dos Direitos Humanos num mundo onde os perigos e as ameaças, os medos e as incertezas parecem querer ofuscar todas as conquistas realizadas.

É preciso continuar a plantar e a semear. É preciso olear a máquina da esperança. Continuaremos a não aceitar a injustiça, aconteça onde acontecer e, seja quem for a vítima. Usando a razão e, sem ceder a emoções paralisantes, não aceitamos a fatalidade de um tempo sombrio, mas continuaremos, com a nossa imaginação, a conceber outras possibilidades. Porque somos conspiradores/as, animados/as pela vontade de construir um mundo melhor para todas as pessoas e em equilíbrio com a casa comum, a Terra.

Passo a passo, dia a dia, contando com a vossa generosidade, participação e empenho!

IRS

ESCOLHA A AMNISTIA INTERNACIONAL PARA FAZER A CONSIGNAÇÃO DO SEU IRS, SEM QUALQUER CUSTO PARA SI

COMO FAZER A CONSIGNAÇÃO DO IRS EM APENAS 4 PASSOS

É muito fácil! Quando estiver a preencher a sua declaração de IRS deve colocar no Modelo 3, na folha de rosto, no Quadro 11, um X no Campo 1101 e o NIF da Amnistia Internacional Portugal 501 223 738. Colocando depois um X na opção IRS. É só isto!

Veja os passos nesta imagem.

The screenshot shows the 'Preencher Declaração' (Fill Declaration) page on the AT website. The page title is '11 Consignação de 0,5% do IRS / Consignação do Benefício de 15% do IVA Suportado'. The sidebar on the left has a menu with 13 items, with item 11 highlighted. The main area has a section for 'Entidades Beneficiárias' with three radio button options: 1101 (selected), 1102, and 1103. Below this is a 'NIF' field with the value '501223738' and two checkboxes: 'IRS' (checked) and 'IVA'. The page also has a search bar at the top and a 'Gravar' button at the bottom right.

Ao escolher a Amnistia para consignar o seu IRS, está a apoiar o nosso trabalho sem qualquer custo para si. Não paga mais nem recebe menos. E é muito fácil.

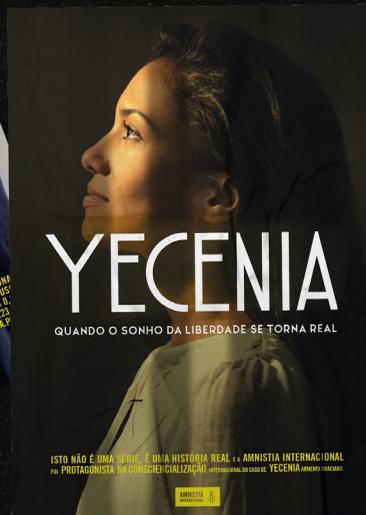
Pode saber tudo sobre a consignação do IRS, como funciona e como fazer, mesmo com entrega automática, na nossa página dedicada ao IRS. Nessa página pode também utilizar uma ferramenta muito útil para ajudar a não esquecer de entregar o IRS no prazo legal.

SAIBA MAIS EM WWW.AMNISTIA.PT/IRS E NÃO SE ESQUEÇA DOS NÚMEROS QUE FAZEM A DIFERENÇA:

501 223 738

É uma forma simples e sem custos de dizer que os direitos humanos são importantes para si e que juntos conseguimos um mundo melhor e mais justo. **Obrigado!**

SE GOSTA DE FINAIS FELIZES, AJUDE COM O SEU IRS.



ESTAS SÃO 3 DAS MUITAS HISTÓRIAS PELAS QUAIS TRABALHAMOS E QUE TIVERAM UM FINAL FELIZ.
SE, COMO NÓS, ACREDITA QUE É POSSÍVEL, SAIBA MAIS EM: WWW.AMNISTIA.PT/IRS

501 223 738

MODELO 3 QUADRO 11 CAMPO 1101

PREENCHA O IRS COM ESTE NÚMERO E DOE 0,5% DO SEU IRS
SEM QUALQUER CUSTO PARA SI.

AMNISTIA
INTERNACIONAL

